

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edméa Medeiros Lavor

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:
O Desenvolvimento Industrial, seus efeitos sobre os
Setores Econômicos Urbanos e a Concentração Regional

Taubaté – SP
2007

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edméa Medeiros Lavor

SÃO JOSE DOS CAMPOS:
O Desenvolvimento Industrial, seus efeitos sobre os
Setores Econômicos Urbanos e a Concentração Regional

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Ciência pelo Curso de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração:
Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Ricci

Taubaté – SP
2007

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edméa Medeiros Lavor

SÃO JOSE DOS CAMPOS:
O Desenvolvimento Industrial, seus efeitos sobre os
Setores Econômicos Urbanos e a Concentração Regional

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Ciência pelo Curso de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração:
Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Ricci

Taubaté – SP
2007

EDMÉA MEDEIROS LAVOR

**SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, SEUS
EFEITOS SOBRE OS SETORES ECONÔMICOS URBANOS E A
CONCENTRAÇÃO REGIONAL**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Ciência pelo Curso de
Mestrado em Gestão e Desenvolvimento
Regional do Departamento de Economia,
Contabilidade e Administração da
Universidade de Taubaté.

Área de Concentração:
Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Ricci

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____

Assinatura _____

Prof. _____

Assinatura _____

Dedico este meu trabalho com Amor ao
Paulo Renato U. Lavor, meu Porto Seguro.

Com carinho, a meus pais, Geraldo Medeiros e
Maria F. C. Medeiros, pelo Amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a “DEUS”, meu mestre mais ilustre.

À equipe de professores, por ter nos oferecido o melhor de seus conhecimentos.

Ao Prof. Dr. Fabio Ricci, pela sua orientação.

À Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, representados pelo historiador João Roberto Q. Barreto, à bibliotecária Cora Lacerda Cordeiro e à estagiária Viviana Mendes Lima, que gentilmente me disponibilizaram material de pesquisa.

À Secretaria de Planejamento Econômico da Prefeitura de São José dos Campos.

Ao Deptº de Formalizações e Atos da Prefeitura de São José dos Campos.

Ao SEBRAE, pelo pronto atendimento e o fornecimento de dados internos.

À direção da FAETEC – Faculdade de Educação e Tecnologia, que incentiva a capacitação porque sua missão principal é promover o conhecimento.

Ao Prof. Roberto Cordeiro Waltz, Diretor da FAETEC, que prontamente colaborou com livros, leituras e sugestões.

A todos da minha família, que me acolheram com carinho nos momentos difíceis...

“ Era em São José dos Campos.
E quando caía a ponte, eu passava o Paraíba.
Numa vagarosa balsa, como se dançasse valsa.
O horizonte estava perto.
Tudo parecia certo, admiravelmente certo “

Cassiano Ricardo

RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de desenvolvimento que dinamizou a economia de São José dos Campos a partir de 1970. Faz-se uma correlação entre o processo de industrialização e o aumento populacional e comparam-se períodos de implantação das principais indústrias com a migração, para o município, de indivíduos atraídos pela oferta de trabalho. O município de São José dos Campos tem uma localização privilegiada e adicionada às políticas governamentais federais, estaduais e municipais da época, absorveu as mudanças e gerou um *cluster* industrial de alta tecnologia; a cidade tornou-se um complexo industrial de projeção internacional. O objetivo principal deste trabalho é investigar a participação do município, como beneficiário, no processo de interiorização industrial da região metropolitana de São Paulo, e, como complemento, o estudo realiza uma investigação dos principais fatores que promoveram o desenvolvimento do município. Para detectar a representatividade dessa expansão, baseia-se na teoria das medidas de localização e selecionou-se o quociente locacional ou de diferenciação para possibilitar uma comparação do município com outros da região do Vale do Paraíba Paulista. Como conclusão, observou-se que o município utilizou positivamente a sua oportunidade no processo de interiorização industrial.

Palavras-chave: Interiorização das Indústrias, Desenvolvimento e Movimentos Populacionais.

ABSTRACT

This research analyzes the process of development that amplified the São José dos Campos economy starting in 1970. The approach makes a correlation between the industrialization process and the population growth, compares the periods of the main industries installation to the immigration of people to the county who were attracted by job offers. The county of São José dos Campos has a privileged location and added by Federal, State and County's politics on that time, absorbed the changes and generated an industrial cluster of high technology; the city became an industrial complex of international projection. Thus, the main objective was to investigate the county's participation, as beneficiary, in the industrial interiorization process of São Paulo metropolitan region, and, as a complement, this study realized an investigation of the main factors that promoted the county's development. To detect the representative of this expansion, the study supported to the localization measurement theory and selected the local quotient or the differential to make possible a comparison of the county with others of Paulista Paraíba Valley. As conclusion, it was observed that the county utilized positively its opportunity in the state's industrial process.

Key words: Interior Industries. Population development. Population Movements.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da População: Números Absolutos	46
Tabela 2 – Evolução da População: 1850 = 100	47
Tabela 3 – Percentual dos Empregos em Serviços	81
Tabela 4 – Método de Análise de Dados	93
Tabela 5 – Dinâmica Industrial e Populacional	96
Tabela 6 – Classificação Industrial – 1973	99
Tabela 7 – Classificação Industrial – 1974/1994	99
Tabela 8 – Classificação Industrial – 2000 e 2004	100
Tabela 9 – Distribuição do Pessoal Ocupado por Porte Industrial	108
Tabela 10 – Evolução da População Urbana e Rural	108
Tabela 11 – Índice de Participação das Classes Econômicas no Brasil – 2002	110
Tabela 12 – Potencial de Consumo em São José dos Campos - 2002	111
Tabela 13 – Municípios e Atividades – Unidades e Percentuais – 2003	112
Tabela 14 – Rendimento Médio dos Empregos na Região em R\$ – 2003	113
Tabela 15 – Proporção de Crescimento do Número de Empregos em SJC	113
Tabela 16 – Municípios e Atividades – Nº Estabelecimentos –1995	114
Tabela 17 – Quociente de Diferenciação – Nº Estabelecimentos –1995	115
Tabela 18 - Municípios e Atividades – Nº Estabelecimentos –2003	116
Tabela 19 - Quociente de Diferenciação – Nº Estabelecimentos –2003	116
Tabela 20 - Municípios e Atividades – Nº Empregos Ocupados - 1995	118
Tabela 21 - Quociente de Diferenciação – Nº de Empregos Ocupados – 1995	118
Tabela 22 - Municípios e Atividades – Nº Empregos Ocupados – 2003	119
Tabela 23 - Quociente de Diferenciação – Nº Empregos Ocupados - 2003	120
Tabela 24 - Municípios e Atividades – Valor Adicionado – 2003	121
Tabela 25 - Quociente de Diferenciação – Valor Adicionado - 2003	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos Empregos Ocupados na Região	86
Gráfico 2 – Evolução Industrial e Populacional	97
Gráfico 3– Panorama da Mão-de-Obra Ocupada: Indústria, Serviços e Comércio	101
Gráfico 4– Distribuição das Indústrias por Número de Empregados – 2004	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos Empregos Ocupados na Região	86
Gráfico 2 – Evolução Industrial e Populacional	97
Gráfico 3– Panorama da Mão-de-Obra Ocupada: Indústria, Serviços e Comércio	101
Gráfico 4– Distribuição das Indústrias por Número de Empregados – 2004	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de Desenvolvimento	28
Quadro 2 – Estrutura de Mercado	57

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Lei Nº 1606 de 1971	67
Mapa 2 – Lei Nº 2263 de 1980	68

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Objeto de Estudo	16
1.2	O Problema	17
1.3	Objetivo	18
1.4	Delimitação do Estudo	18
1.5	Relevância do Estudo	19
2.	REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1	O Desenvolvimento e suas Características	21
2.2	Origens da Industrialização no Brasil	30
2.3	Desenvolvimento Industrial Brasileiro	36
2.3.1	Industrialização e as Cadeias Retrospectiva e Prospectiva	38
2.4	Processo de Interiorização das Indústrias no Estado de S.Paulo.....	41
2.5	Processo de Pré-Industrialização no Vale do Paraíba Paulista	45
2.5.1	Conceituando “Cidade”	49
2.5.2	Indústrias por Ramo de Atividade em S.J.Campos	53
2.6	Caracterização das Atividades Empresariais	54

3.1	Definições de Pesquisa	88
3.2	Procedimentos Metodológicos	90
3.2.1	Investigação dos Setores para S.J.Campos	92
3.2.2	Análise pelo Quociente de Diferenciação	94
4.	RESULTADOS	95
4.1	Evolução das Indústrias e a Dinâmica Populacional	95
4.2	Formação do <i>Cluster</i> Industrial	98
4.3	Cronologia das Instalações Industriais	103
4.4	O Setor de Serviços e a Absorção de Mão-de-Obra	107
4.5	Potencial de Consumo	109
4.6	Panorama das Atividades: Indústria, Serviços e Comércio	112
4.7	Quociente de Diferenciação	114
4.7.1	Análise pelo Nº de Estabelecimentos	114
4.7.2	Análise pelo Nº de Empregos Ocupados	117
4.7.3	Análise pelo Valor Adicionado	120
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
	ANEXO A	130
	ANEXO B	131

1. INTRODUÇÃO

São José dos Campos é uma cidade do cone leste paulista com *status* cosmopolita, que, além de sua população, recebe estrangeiros de diversos países, pessoas que trabalham em empresas e importantes institutos de pesquisa.

Com base industrial, sua economia se desenvolveu amplamente nas últimas décadas. O processo de industrialização promoveu também a ampliação do comércio de bens e serviços e absorveu tecnologia. Considerada uma cidade de pequeno porte até a década de 50, transformou-se com a instalação do Centro Técnico Aeroespacial em 1945, o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1950 e a construção da Rodovia Presidente Dutra em 1951. Fatos que promoveram a atração de grandes indústrias, como a General Motors, a Johnson & Johnson, a Kanebo e a Eaton, entre outras. A realidade de uma Universidade de engenharia, sob os cuidados do Ministério da Aeronáutica, fez mudar o futuro do município (CURSINO; MATTA, 2003).

A instabilidade econômica generalizada da década de 1980 também trouxe para São José dos Campos um período de transformação econômica e social. A Embraer entrou em processo pré-falimentar, a Engesa foi à falência e a Avibrás entrou em concordata. Toda essa crise representou 20 mil desempregados, a maioria mão-de-obra altamente qualificada (BERNARDES; OLIVEIRA, 2002).

No início dos anos 90, uma nova fase se inicia. A Embraer é privatizada e, com um novo jato regional, ERJ-145, retomou os mercados internacionais e as contratações. A Avibrás levantou a concordata e rebuscou seu mercado. Novas indústrias nacionais e internacionais começaram a chegar e outras a ampliar suas

plantas, e, desde então, é o município do interior que mais recebe investimentos no país. Das quase 750 indústrias exportadoras do Vale do Paraíba Paulista, 480 estão localizadas em São José dos Campos e contribuem com 7,25% nas exportações nacionais. Outros setores estão recebendo o impulso do rápido desenvolvimento econômico, como o comércio de bens e serviços (PMSJC, 2000).

O presente trabalho está dividido em 5 (cinco) capítulos. O primeiro se refere à descrição dos objetivos, o segundo seleciona as definições e conceitos utilizados para compreensão da pesquisa, o terceiro descreve a metodologia, o quarto capítulo apresenta os resultados obtidos e o último capítulo expõe as considerações finais.

O modelo para a análise das mudanças estruturais do município está orientado por Haddad, Ferreira e Andrade (1989) que propõe diversos métodos de análise regional. Para esta pesquisa, será utilizada a matriz de informações que determina o quociente de diferenciação.

Atualmente, São José dos Campos reúne um pólo de indústrias de alta tecnologia e avançados institutos de pesquisa. É o centro da indústria aeronáutica e da pesquisa espacial brasileira.

Para o futuro, São José dos Campos se prepara com uma completa infraestrutura urbana e um parque industrial capacitado e planejado para comportar novos investimentos.

1.1 Objeto de Estudo

O município de São José dos Campos totaliza uma área de 1.099,60 Km², além da sede, possui dois distritos: Eugênio de Melo e São Francisco Xavier. Está localizado a 343 Km do Rio de Janeiro, e, por apenas 90 Km de São Paulo, os

acessos podem ser percorridos por rodovias duplicadas – Rodovia Presidente Dutra, com opção de utilização da Ayrton Senna para a capital paulista. É um dos mais importantes centros industriais e de serviços do interior paulista. Segundo o último relatório do IBGE (2006), divulgado em 01.09.06, a população estimada já atinge 610.965 mil habitantes.

O município dispõe de aeroporto de potencial internacional, projetado para pouso e decolagem de qualquer tipo e tamanho de aeronave. Para otimizar o sistema de logística de transportes, está preparado para carga aérea (depósito alfandegário) sob o controle da Secretaria da Receita Federal, tornando-se, assim, privilegiado para o escoamento de seus produtos.

A cidade se constituiu em um importante centro comercial. Atende todo o Vale do Paraíba, Litoral Norte e Sul de Minas Gerais. Seu potencial de atração é composto por uma significativa rede de grandes lojas e entretenimento. No comércio, a cidade está representada pelo Center Vale Shopping, Vale Sul Shopping, Shopping São José, Shopping Esplanada, Shopping Colinas, Wal Mart, Carrefour e Pão de Açúcar.

1.2 O Problema

Quais foram os efeitos sobre o município de São José dos Campos no processo de interiorização das indústrias que se deslocaram da Região Metropolitana de São Paulo no início da década de 1970?

1.3 Objetivo

Esta pesquisa objetiva investigar a participação do município de São José dos Campos, como beneficiário, no processo de interiorização industrial da região metropolitana de São Paulo.

Em termos específicos:

- Investigar as principais políticas governamentais que promoveram a interiorização das indústrias.
- Observar o nível de crescimento populacional, em função da concentração industrial, em São José dos Campos.
- Aferir a ampliação em números de estabelecimentos industriais e de serviços.
- Verificar a trajetória do comportamento de absorção de mão-de-obra nos setores da indústria, comércio e serviços.

1.4 Delimitação do Estudo

Para esta pesquisa, limita-se o município de São José dos Campos como área de interesse. O período abordado inicia-se em 1970, fase de mudanças estruturais, influências governamentais federais, estaduais e municipais, fatos que alteraram a rotina do município.

1.5 Relevância do Estudo

A relevância em avaliar o passado se dá ao ser transformada em ferramenta administrativa, pois explica o presente e oferece parâmetros para o planejamento do futuro.

Analisar o processo de industrialização, utilizando a aplicação do quociente de diferenciação, possibilita uma análise que pode ser estendida a outros estudos permitindo uma investigação comparativa.

O setor produtivo está evoluindo para a diversificação, parte da produção das indústrias está sendo destinada para as prestadoras de serviços. Essa análise contribui para a compreensão desse processo em cidades de porte médio, e, em estudos regionais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para a compreensão do estudo sobre a participação, como beneficiário, do município de São José dos Campos na interiorização das indústrias da região metropolitana de São Paulo, a revisão de literatura está direcionada para as teorias que explicam os fatos pesquisados.

Na descrição dos teóricos, compreender os aspectos de localização é fundamental para o estudo da Economia Regional. A Economia Espacial Clássica (HADDAD; FERREIRA; ANDRADE, 1989) enfatiza a temporalidade como mais básica que a categoria espaço. Para essa escola, a “História” contaria mais que a “Geografia”, essa afirmação apóia-se no pressuposto da universalidade das leis econômicas clássicas. Para contradizer, a Escola Histórica Alemã contesta a incondicionalidade das leis econômicas, quer no espaço, quer no tempo, e coloca a condição geográfica como importante no condicionamento histórico; ou seja, deverá haver uma adaptação das leis econômicas gerais para a realidade de um país ou região e concomitante à sua fase histórica.

Utilizando essa descrição, o estudo sobre o município de São José dos Campos, nesta pesquisa, retrata os seus fatores históricos e locais peculiares que proporcionaram o seu desenvolvimento econômico dos setores da indústria, comércio e serviços, e uma comparação com os municípios de Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba e Taubaté.

2.1 O Desenvolvimento e suas Características

O processo de desenvolvimento de um município pode ser delineado com o apoio de diversas abordagens, suas características possuem aspectos importantes que são encontrados na literatura apropriada e perfeitamente aplicável a São José dos Campos.

Para Furtado (2000), o desenvolvimento é um processo de transformação, o autor articula a idéia de desenvolvimento como conceito de eficiência e também como riqueza, correspondendo às formas de satisfação mais plenas das necessidades humanas. A realidade social é objeto de análise para a identificação de sua evolução e suas novas formas, caracterizando, assim, um processo estruturado sob a forma de um sistema, ou seja, um conjunto de variáveis com relações estáveis entre os elementos e com o todo.

As relações estáveis formam uma seqüência de fatos, e, distribuídas pelo tempo, transpõem uma idéia de causalidade, o que, diante da realidade social, pode ser compreendido como um processo.

O homem é um agente ativo, individual ou coletivo, suas ações possuem intenções pessoais porque é um ser criador que pode ser traduzido como a gênese de formas sociais. A inovação referencia o comportamento racional humano para a produção dos meios de subsistência, fixa seus objetivos, adequando-os para sua execução. Quando se traduz essa percepção em regras, em informações que possam ser transferidas, caracteriza-se a criação de uma técnica. Portanto, pode-se conceituar a técnica como uma forma de ação programada por intermédio de um código.

A seqüência é a ação orientada para fins específicos, com um comportamento racional quando o resultado é obtido. Esse comportamento racional equivale ao comportamento eficiente e a maior eficiência conduz ao progresso técnico. Nesse raciocínio, pode-se entender que o progresso técnico resulta da criatividade humana, sua capacidade de inovar.

Para São José dos Campos, a inovação representou a prosperidade: um projeto de vanguarda para a fabricação do Avião Bandeirante marcou o início de uma trajetória de sucesso. O desenvolvimento tem uma interface com a eficiência; um quesito indispensável quando se trata de fabricar aeronaves.

Igualmente presente na trajetória de São José dos Campos está a conceituação de Schumpeter (1982), que descreve o “desenvolvimento” como mudanças econômicas, porém tais mudanças deverão surgir dentro do meio e não impostas por agentes externos. É possível um crescimento econômico caracterizado pelo crescimento da população e da riqueza que resulta das mudanças do mundo e que não pode ser confundido com desenvolvimento.

Para que haja o desenvolvimento, é necessário que as novas combinações do processo produtivo sejam descontinuadas, ou seja, o desenvolvimento é definido pela realização de novas combinações (SCHUMPETER, 1982, p. 48).

Para destacar a descontinuidade que caracteriza o processo de desenvolvimento em São José dos Campos, pode-se citar a fabricação das aeronaves; a Embraer projeta e fabrica suas aeronaves, mas não opera com transporte aéreo, mas poderia operar, e assim outros exemplos podem ser colocados. Para se ter “fortuna”, não precisa ter nascido em uma família de “fortuna”.

Esses são alguns exemplos de fenômenos do ciclo econômico, do mecanismo da formação de acumulação de riquezas privadas.

O excesso dos diversos insumos poderá ser requisitado pelo processo produtivo, correspondendo a um fluxo circular da economia, um ajuste às taxas de crescimento, que, normalmente, não excedem o limite das possibilidades de qualquer ambiente econômico.

Em São José dos Campos, o *spillover* de conhecimento aeronáutico gerou a formação de indústrias de pequeno e médio porte que operam como suporte na fabricação de peças para aeronaves.

Na seqüência desse raciocínio, aparece a realização de novas combinações com o emprego diferente dos meios de produção disponíveis no sistema econômico, com a doutrina tradicional da formação de capital relacionado com a poupança e o investimento. Para o prosseguimento, a administração dos meios de produção é fundamental para a realização de novas combinações. Um meio de obtê-los é característico de empresas que trabalham em fluxo circular; é o lucro da produção anterior, que uma vez colocado em movimento, aciona o mecanismo produtivo. Se o processo não gerar excedente, aparece a figura do capitalista no fornecimento do crédito para que possa continuar com novas combinações.

Dessa forma, o autor aborda os três elementos necessários para o processo de desenvolvimento – novas combinações, meios de produção e o crédito.

O conceito de desenvolvimento, segundo Souza (2005), é o resultado de um crescimento industrial juntamente com transformações estruturais, sendo relevante salientar que essas mudanças provocam movimentos econômicos importantes. Uma combinação de fatores gera uma rede de subprodutos, os quais são seguidos da

criação de uma infra-estrutura para oferecer suporte a essa nova realidade econômica.

Investimentos em capital humano (educação geral, treinamento da mão-de-obra, programas de saúde) e em pesquisa e inovação (marketing, design, novos processos e produtos) melhoram a produtividade e a competitividade, estimulando o produto e o emprego. O crescimento da demanda gera novos aumentos da produção, com economias de escala e aumentos da produtividade, forma-se um círculo virtuoso de desenvolvimento. (SOUZA, 2005, p. 261).

Nesse panorama, ocorre uma atração de novos investimentos, favorecendo acúmulo de capital denominado crescimento econômico. Esse processo, que provoca uma expansão econômica, deve ser seguido de incentivos governamentais, como redução tributária, melhorias na infra-estrutura, incentivos que aumentam o grau de competitividade e oferecem segurança para outros investidores.

Na análise de Tavares (1983), a utilização da categoria expansão parece mais apropriada do que crescimento, porque a expansão retrata as flutuações cíclicas das atividades econômicas e, também, o processo desigual do desenvolvimento. Para a autora, crescimento representa a forma de medir o resultado, sem analisar todas as características essenciais que envolvem o processo econômico. Acrescenta a importância do papel do Estado e do capital estrangeiro para a acumulação de capital no processo de expansão da economia brasileira.

Nos estudos de Souza (2005), a principal responsável pelo crescimento econômico é a iniciativa privada, porém o governo tem o papel essencial em organizar os esforços de desenvolvimento, fomentar o crédito, manter e implantar infra-estrutura econômica básica, e de administrar as áreas dos serviços sociais, aumentando e atualizando a oferta de serviços básicos à população, como saúde,

educação, segurança, transporte, dentre outras. O objetivo deverá ser a melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

Uma análise educacional mais completa deverá ser efetuada, pois o nível de educação geral e o nível de educação feminina constituem fator positivo e significativo com o crescimento da renda e redução média anual da mortalidade infantil. A constatação é de que quanto maior o nível de educação feminina do país ou região, número médio de anos de escolarização de mulheres de 15 a 64 anos, melhor será o declínio do item mortalidade infantil. É importante reafirmar as constatações de Souza (2005) de que variáveis não-econômicas, como liberdades políticas e individuais, influenciam indiretamente o crescimento da renda e que as variáveis educacionais correlacionam-se com o crescimento da renda.

Para tanto, segundo retratado por Souza (2005), pode-se analisar o desenvolvimento como um aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e serviços básicos para a totalidade da população.

O desenvolvimento abordado por Sen (2000) é relevante pela interpretação voltada para o bem estar-social, como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas possam usufruir. Nessa abordagem, existe uma relação entre o papel constitutivo, que relaciona a importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana, que trata de capacidades elementares, como evitar privações de fome, subnutrição, morbidez evitável e a morte prematura; e o papel instrumental, que representa um meio para o desenvolvimento e não apenas como o fim, pois contribuem para a expansão da liberdade humana como um todo, quando oferece diferentes tipos de direitos e oportunidades.

Nessa análise, a eficácia da liberdade como instrumento está no fato de que diferentes tipos de liberdades estão inter relacionadas. As liberdades instrumentais de forma direta ou indireta cooperam para a formação da liberdade global das pessoas, condição de autonomia para escolher seu modo de viver.

As liberdades instrumentais estão representadas pelas liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora (SEN, 2000, p. 55).

As liberdades políticas garantem os direitos civis, como escolher governantes, fiscalizar e exigir transparências administrativas de autoridades do governo, poder se expressar livremente, receber informações por intermédio da imprensa sem censura, ou seja, usufruir todos os direitos garantidos pela democracia.

As facilidades econômicas representam as oportunidades individuais com recursos econômicos de consumo, produção ou troca. O desenvolvimento econômico, ao aumentar a renda e a riqueza de uma região ou país, paralelamente, sua população terá conquistado, conjuntamente, maiores recursos financeiros.

Para as oportunidades sociais, Sen (2000) ressalta a educação e saúde, duas variáveis importantes que influenciam na liberdade substantiva do indivíduo, que é viver melhor. Assim, com saúde pode se evitar a morbidez ou a morte prematura, o analfabetismo pode impedir a participação consciente no processo político, quando elimina a possibilidade de comunicação por meio da leitura de jornais ou a escrita para fins diversos.

As garantias de transparências têm um papel instrumental fundamental como inibidor da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

E, por fim, Sen (2000) coloca a segurança protetora como necessária ao proporcionar segurança social, protegendo a população da miséria, da fome e até da morte. A segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, compostas por benefícios aos desempregados e proteção para indigentes; inclui, também, distribuição de alimentos sob qualquer situação de emergência, e empregos públicos especiais para gerar renda para necessitados.

As liberdades instrumentais são avaliadas por Sen (2000) como um grande motor para o crescimento econômico, nesse propósito, a contribuição não é apenas para a elevação de rendas privadas, também possibilita o Estado na obtenção de recursos para serem aplicados na seguridade social, resultando em uma constante intervenção governamental, pela expansão dos serviços sociais.

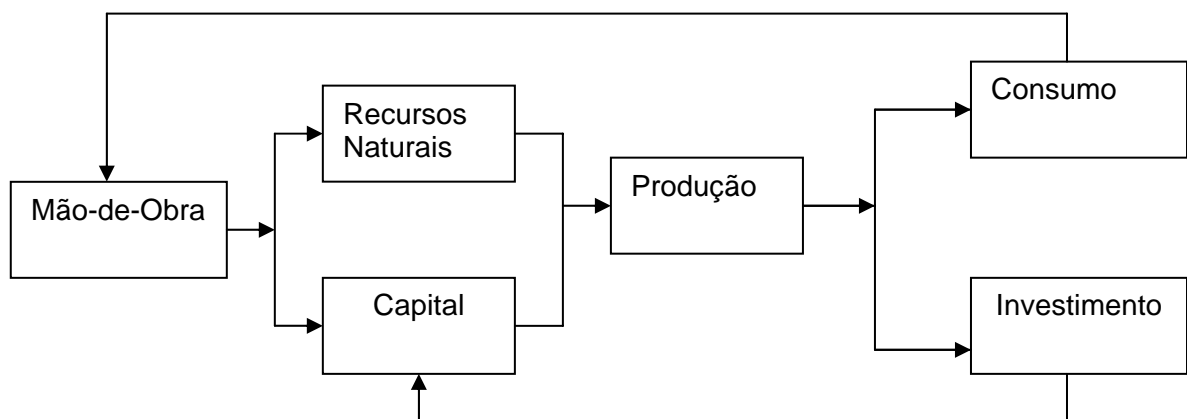
Assim, a criação de oportunidades sociais representadas por serviços, como educação pública, saúde e atividades de imprensa livre e atuante, que o autor denomina como desenvolvimento humano, contribui para o desenvolvimento econômico (SEN, 2000, p. 57).

A abordagem de desenvolvimento econômico de Delfim Netto (1966) afirma ser essencial que a caracterização do desenvolvimento destaque sua natureza quantitativa e qualitativa, pois ocorre um aumento da quantidade de bens e serviços per-capita, juntamente com esse aumento, alteram-se, também, as técnicas produtivas, distribuição do rendimento e o comportamento da mão-de-obra; por isso, o fenômeno do desenvolvimento é amplo para ser definido apenas pela visão de uma ciência, para o conhecimento da realidade, não poderão ser sobrepostas as análises econômica e sociológica.

Para Delfim Netto (1966), qualquer sociedade, quando da expansão de suas necessidades e com limitações produtivas associadas à disponibilidade de recursos, deverá decidir o que produzir, como produzir e para quem produzir, independente da distribuição do poder político ou da organização da coletividade. Para esse autor, não há sortilégio ideológico capaz de reprimir a expansão das necessidades da coletividade e não há forma mística capaz de superar as limitações tecnológicas e a limitação dos recursos.

Nessa análise, o desenvolvimento ganha em flexibilidade e amplia sua capacidade de adaptação às situações da realidade, oferece ao economista mais amplitude para que ele possa desenvolver práticas econômicas em função da sociedade. No Quadro 1, pode-se visualizar um modelo simples de desenvolvimento, representado pela mão-de-obra operando sobre os recursos naturais e utilizando o capital da coletividade, gera o fluxo produtivo; a produção é dividida em uma parcela para consumo da população e outra para a formação de capital.

Quadro 1: Modelo de Desenvolvimento



Fonte: Delfim Netto, A.; 1966

Aparentemente, o município de São José dos Campos apresenta alto nível de desenvolvimento, mas, desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, porque os resultados dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e em especial a população (SOUZA, 2005).

Diante da complexidade dos conceitos, um levantamento de dados constituirá ferramenta importante, pois em alguns casos, o processo de inserção de tecnologia associado ao crescimento econômico pode acarretar efeitos desastrosos para a população, como a transferência de capital para outras regiões ou, até mesmo, países.

Dessa maneira, poderá reduzir a capacidade de novos investimentos; poderá haver uma concentração de renda alta para um número pequeno da população e a fixação de salários-base baixos para um número elevado da população, limitando o crescimento de outros setores que produzem bens e serviços de consumo popularizado.

Para o subdesenvolvimento, pode-se definir:

O insuficiente crescimento econômico em relação ao crescimento demográfico ($g < g^*$), por sua irregularidade e pela concentração da renda e riqueza, implicando um número considerável de pessoas pobres e miseráveis em relação à população total. (SOUZA, 2005, p.11).

A circunstância é caracterizada por índices sociais e ambientais não propícios aos padrões normais quando comparados com regiões desenvolvidas. Quanto à questão estrutural, normalmente apresenta deficiência de inovações tecnológicas, e o crescimento econômico sistemático pode apresentar formas pré-capitalistas em alguns setores.

Na essência dos autores, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico requer um conjunto de mudanças: estruturais, econômicas, sociais, políticas e institucionais, trazendo como consequência, melhoria da produtividade e na renda da população. Nesse contexto, a interdependência entre os diversos setores mencionados visa eliminar possíveis pontos críticos no processo de desenvolvimento.

Pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças estruturais e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. (SOUZA, 2005, p.7).

O fenômeno necessita de um prazo longo porque resultará em um fortalecimento da economia, maior estabilidade, progresso tecnológico e formação de capital, gerados no interior de uma região ou país.

A melhoria dos indicadores sociais acaba por ser consequência da expansão do nível de emprego e arrecadação pública, que permite ao governo a expansão dos gastos sociais com educação, habitação, saúde, transporte e segurança. Quanto à renda per capita, que se constitui na divisão da renda total, pela população total, necessita de uma análise de sua distribuição entre as pessoas porque a elevação desse item isoladamente poderá não representar melhores níveis de bem-estar social (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

2.2 Origens da Industrialização no Brasil

Suzigan (2000) aborda a origem da industrialização brasileira identificando quatro interpretações principais, sendo:

- Teoria dos choques adversos;
- Industrialização como resultado da expansão das exportações;
- Industrialização como desenvolvimento do capitalismo ou capitalismo tardio;
- Industrialização promovida por políticas governamentais.

A chamada teoria dos choques adversos recorre à ocorrência de fatos como as guerras, as crises no setor exportador e as crises econômicas internacionais, para explicar o aumento de preços dos produtos importados, restringindo as importações. Contudo, a procura interna, apoiada em política econômica expansionista, tende a criar uma produção interna para substituir os produtos importados. Como “teoria” é de aplicação geral, assim, considerada “versão extrema”. Para o caso brasileiro, existe uma outra interpretação, referindo-se apenas à crise do café e à depressão dos anos 30, que identifica esses fatos como o início do nosso desenvolvimento industrial. Para a versão extrema, escritores e observadores contemporâneos afirmam que a indústria interna de transformação reagiu de forma positiva às restrições direcionadas às importações em consequência da primeira guerra mundial.

A versão extrema sofreu forte influência do conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano colocada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), chamada de “doutrina da Cepal”. Sua base econômica é fixada no padrão de relacionamento de comércio externo entre os países chamados de centro ou industrializados e os países de periferia; neste caso, especificamente, a América Latina. Na teoria Cepalina, a argumentação é de que houve uma divisão do

trabalho. Nessa situação, a produção de produtos primários, para a exportação destinada aos países centrais, ficou com os países periféricos, que, em troca, seriam supridos de produtos manufaturados pelos países desenvolvidos ou centrais.

Adotando esse sistema, o crescimento dos países periféricos era dependente da procura externa, ou seja, o setor exportador era o maior responsável pelo aumento da renda interna, caracterizando alta dependência, pois a decisão desse comércio estava fora desses países. Somente a especialização na produção de produtos primários não era suficiente para fomentar o desenvolvimento industrial.

Suzigan (2000) salienta que o novo modelo de industrialização só ocorreu devido aos desequilíbrios econômicos externos: primeira guerra mundial, grande depressão de 30 e segunda guerra mundial. O foco mudou de externo para interno. A variável endógena, investimento industrial, sobrepõe à variável exógena de procura externa. Dessa forma, traz para dentro do país o poder de decisão, provocando não só a industrialização, mas também mudanças políticas e sociais.

Para Furtado e Tavares (1970, 1972 *apud* SUZIGAN, 2000), o desenvolvimento industrial, observado no período anterior a 1930, ocorreu por indução do crescimento interno da renda, resultado da exportação do café, e crescimento industrial pós 1930 tem características de industrialização substitutiva de importações. Neste caso, o aumento da renda interna, propiciada pelas exportações de café, gerou mercado para outros produtos manufaturados, o que incentivou a produção industrial para fabricar esses bens de consumo para o novo mercado. Essa iniciação industrial era dependente do desempenho econômico agrícola-exportador. Para criar estrutura própria, o setor industrial deveria

diversificar, desenvolver indústrias produtoras de bens intermediários e bens de capital.

Contudo, o período de 1929-1932 foi importante para as devidas mudanças. O setor exportador deixou de ser o principal responsável pelo aumento da renda interna para ocupar papel estratégico, criando capacidade de importar bens de capital, essenciais para o investimento na indústria de transformação, deixando para as atividades econômicas de mercado interno a função de principal determinante do crescimento da renda. Nos investimentos internos, estava incluso o investimento na produção de insumos e bens de capital leves para a aplicação, diretamente no setor agrícola-exportador, no setor de processamento de produtos para exportação e nos transportes.

A segunda abordagem de Suzigan (2000), sobre a industrialização pela ótica do desenvolvimento industrial liderada pela expansão das exportações, difere da interpretação de Furtado e Tavares, apenas ao estabelecer uma direta relação entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial. Também difere porque caracteriza esse desenvolvimento industrial como amplo processo de industrialização e não se limita à produção de bens de consumo como complemento do setor de exportação.

Para Suzigan (2000), o comércio do café foi básico para o desenvolvimento industrial, porque promoveu a monetização da economia e o crescimento da renda interna, fomentou o desenvolvimento das estradas de ferro e infra-estrutura. Ainda, desenvolveu o comércio de exportação e importação, contribuindo para a criação de um sistema de logística para produtos manufaturados; e, também, por promover a imigração, que, conseqüentemente, tornou crescente a oferta de mão-de-obra.

A análise da industrialização, como desenvolvimento do capitalismo de Suzigan (2000), é baseada na expansão da economia exportadora do café, com ênfase no estado de São Paulo. Essa visão é chamada de ótica do capitalismo tardio e possui a essência da doutrina cepalina tradicional.

Nesse contexto, sugere que o desenvolvimento latino-americano, em particular o brasileiro, seja um desenvolvimento capitalista, primeiro determinado por fatores internos e, segundo, pelos fatores externos. Para marcar um novo modelo de produção capitalista é salientado pela transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, na economia primário-exportadora. A abordagem caracteriza o crescimento industrial como um resultado positivo de acumulação de capital no setor agrícola exportador e a dependência da procura externa.

Para essa análise, o capital industrial tem suas origens em fins do século XIX. As primeiras contribuições para a industrialização foram: a introdução da máquina de beneficiar café e a construção de um sistema de transporte ferroviário. Esses fatores contribuíram para a melhoria na qualidade do café e, reduziram custos.

Com a abolição, foi inserida a promoção da imigração para suprir a escassez de mão-de-obra, criando, assim, o trabalho assalariado, completando, dessa maneira, a transição para uma economia capitalista. O trabalho assalariado criou novas demandas internas, um mercado interno para produtos industrializados e a capacidade de importar bens de salário, matérias-primas e maquinaria. Assim, o capital industrial pode ser visto como uma extensão do capital cafeeiro e, como parte do complexo exportador de café, incluindo: produção, processamento, transporte, o comércio de importação e exportação, e os serviços bancários.

Na continuidade dessa análise, afirma-se que houve uma transferência de capital cafeeiro para a indústria, em períodos de expansão das exportações. Contudo, coloca-se que essa relação entre a expansão do setor exportador e o crescimento industrial é não-linear.

Para finalizar a análise, essa ótica supõe que essa acumulação de capital, por intermédio do comércio do café, encerrou-se com a crise do café e a grande depressão de 1930. Desse período em diante, a acumulação de capital industrial ficou mais independente; a acumulação seria pelo crescimento da renda no setor industrial-urbano.

Na análise da industrialização promovida por políticas governamentais, Suzigan (2000) atribui ao governo grande importância às políticas de promoção da industrialização, por meio da proteção tarifária, os incentivos e, também, utilizando subsídios. Esses instrumentos de promoção da industrialização foram implementados no Brasil na década de 1950, e, representaram um papel positivo do Estado para indústrias específicas.

Para a indústria de tecidos de algodão, os estudos apontam para um desenvolvimento cíclico, classificado como períodos de aumento do investimento e períodos de expansão da produção causados por variações na taxa de câmbio. A valorização da moeda era favorável à importação de máquinas, estimulando os investimentos, mas diminuía a proteção interna. De outra forma, a desvalorização da moeda favorecia o aumento da produção, ao aumentar a proteção interna.

Nessa observação, torna-se fundamental destacar o papel econômico do Estado nas fases pré e pós Primeira Guerra Mundial. Devido à constatação de ser essencial a preocupação com a segurança, o Estado inicia um processo de incentivo

ao desenvolvimento de indústrias específicas. O fomento da produção interna do aço teve por fins equilibrar a balança comercial com redução das importações. A escassez de insumos e matérias-primas básicas, durante a guerra, acelerou as mudanças na política econômica governamental, pois o país deveria ser mais auto-suficiente. Isso não significa que tenha havido incentivo ao desenvolvimento industrial e sim, para alguns setores considerados estratégicos.

A diversificação da produção industrial; ressalta Suzigan (2000), poderá ser considerada como o avanço sob o modelo de crescimento agrícola-exportador. Para as indústrias de cimento, aço e borracha, representaram a posse do mercado brasileiro pelo capital estrangeiro. Os setores beneficiados pela promoção do desenvolvimento por meio dos incentivos e subsídios foram: papel e celulose (1923-1927), produtos de borracha (1920 e 1930), óleo de caroço de algodão, fios e tecidos de seda (1920 e 1930), e carnes industrializadas (1920).

No período anterior à primeira guerra mundial, a indústria de transformação não obteve assistência por intermédio de programas de incentivo do governo. A única exceção foi à indústria de açúcar, que obteve isenções para importações de equipamentos e infra-estrutura, para o escoamento da produção, com o desenvolvimento do sistema de transportes.

2.3 Desenvolvimento Industrial Brasileiro

Suzigan (2000) sugere uma provável interpretação que possui o mesmo enfoque de Hirschman (1961). Definidos como cadeias retrospectivas e prospectivas, a abordagem de Suzigan (2000) descreve esses processos como crescimento voltado para a exportação.

O produto básico principal de exportação provoca um efeito de encadeamento (*linkage effects*), ou efeitos de expansão (*spread effects*); para que ocorra o fenômeno de expansão, é necessário que o produto em questão tenha capacidade de induzir novos investimentos. O processo de produção, resultante da demanda pelo produto e da proliferação de indústrias de apoio, é transformado em renda no ciclo produtivo. A renda referenciada promove demanda por novos bens e serviços, novas atividades são inseridas e, também, outros agentes econômicos: *linkages* de produção, consumo e fiscais.

- Produção: para Hirschman (1961), são descritos como *linkages* para frente e para trás. O investimento em infra-estrutura, construção de sistemas de transportes para o escoamento de produtos e investimentos em tecnologia, são importantes recursos à produção; exemplos de *linkages* para trás. O enfoque dado ao *linkages* para frente refere-se à indução em investir nas atividades econômicas que utilizam o produto base como insumo para outros produtos.
- Consumo: “[...] o devorar, “*swallowing up*”, através da industrialização, de sucessivas categorias de importação em expansão no decurso do crescimento voltado para a exportação [...]” (HIRSCHMAN, 1961). O autor salienta que quando os gastos com consumo se elevam, existe a propensão em substituí-los pela produção doméstica.
- Fiscal: esse *linkage* é praticado pelo Estado, que cobra impostos sobre a renda gerada com as exportações do produto base e os transforma em recursos para financiar e expandir outros setores da economia.

A adoção desse pressuposto teórico para explicar o processo de industrialização possui vantagens evidentes. Normalmente, são aplicáveis a qualquer tipo de produto básico e facilitam a compreensão entre as diferenças existentes no desenvolvimento econômico de uma região ou de um país, principalmente na questão industrial durante a fase de crescimento direcionado para a exportação.

2.3.1 Industrialização e as Cadeias Retrospectiva e Prospectiva

Hirschman (1961) explica as relações entre diversas atividades econômicas e produtivas, características de *input*-produção. A escassez específica de bens e serviços exigidos como *inputs* em determinada atividade econômica será suprida como resultante do processo ou por intermédio de uma importação. Da mesma forma, o tratamento será aplicado para a capacidade excessiva; cada indústria só terá função de produzir se houver um escoamento de seu produto, caracterizando, assim, uma condição de procura pré-existente para a sua criação.

A importação dos inputs direcionados à produção só deverá ocorrer se não houver disponibilidade interna. A utilização de insumos locais causará expansão e incentivo à formação de fontes de abastecimento. Para a importação, o processo será mais complexo. Incertezas econômicas e variações cambiais poderão tornar a produção arriscada para determinados segmentos ou em períodos de maior variação econômica. Quanto aos *inputs* nacionais, poderão se tornar importantes pelo fato de aumentar os esforços por parte dos produtores. As disponibilidades internas utilizadas se constituirão em propulsoras de novas atividades econômicas, e, sucessivamente, formando um fluxo de *inputs*.

Igualmente, serão analisados dois processos que atuam nas atividades de produção: o *input*-provisão, chamado de efeito em cadeia retrospectiva. Ou seja, cada atividade econômica não-primária tentará ser suprida pela produção interna de *inputs* e a produção-utilização, chamado efeito em cadeia prospectiva, a atividade que, pela sua natureza, não atender às procuras, deverá ser utilizada como *input* em outras novas atividades.

Hirschman (1961) salienta que o efeito em cadeia emitido por uma indústria “A” para a indústria “B” tem a probabilidade da criação de “n” novas indústrias com produções x_i ($i=1,2, \dots,n$) e, também, se a probabilidade do surgimento dessas indústrias em função da criação da indústria “A” for P_i ($i=1,2,\dots,n$), neste caso, o efeito total em cadeia em função da criação da indústria “A” será o somatório de $x_i \cdot p_i$ sendo $i= 1,2,\dots,n$.

Como resultado do efeito dessas cadeias surgem as indústrias satélites, que são conceituadas pelas seguintes características: possuem vantagem por se localizarem próximas da indústria principal; seu *input* é um produto ou subproduto da indústria principal, ou sua produção é um *input* da indústria principal; e, como mais uma característica, possui capacidade econômica mínima menor do que a indústria principal.

Uma vez formada a relação de cadeias retrospectivas e prospectivas, outras indústrias não-satélites se instalarão, porém possuem fraco estímulo pela ausência dos fatores característicos das satélites. A entrada de outras empresas não-satélites no complexo explica a necessidade de esforços conjugados entre empresas. Esse processo poderá ser compreendido como crescimento industrial ou industrialização.

No entanto, as ausências dessas cadeias são características comuns do subdesenvolvimento, como, por exemplo: a agricultura. Por definição, as atividades primárias estariam excluídas dos efeitos em cadeia retrospectiva, porém, com a inserção da tecnologia no campo, seria necessário considerar as novas oportunidades emergentes para o mercado, a obtenção de sementes, fertilizantes, inseticidas, máquinas, veículos e outros *inputs* agrários. Quanto aos efeitos em cadeia prospectiva, não são representativos na agricultura e nas atividades extrativas. Isso porque, normalmente, em países subdesenvolvidos, a produção agrícola é destinada ao consumo e à exportação. Apenas uma pequena quantidade sofre algum tipo de industrialização, mas, mesmo assim, sua importância é notória. Pode causar o efeito positivo para o desenvolvimento quando em sua parcela de exportação financia as importações, tornando-se assim um agente poderoso no processo desenvolvimentarista.

Hirschman (1961) continua fazendo uma combinação das cadeias retrospectivas e prospectivas, deixando evidente que os efeitos em cadeia retrospectiva são muito mais nítidos que os efeitos em cadeia prospectiva e, que a cadeia prospectiva se manifesta pela pressão da procura e necessita do acompanhamento da cadeia retrospectiva. Dessa forma, a variável condicional para o surgimento da cadeia prospectiva será a existência da previsão de procura. Com a impossibilidade de causar incentivo num processo autônomo, torna-se um forte reforço da cadeia retrospectiva.

Na prática, os movimentos de *input*-produção se entrelaçam. Muitas indústrias, ao mesmo tempo, produzem bens intermediários para a indústria "A" e atendem à procura por bens finais. Esse mecanismo é considerado dinâmico, cria a

expansão das indústrias nos diversos níveis de demanda e, simultaneamente, também pode aumentar a capacidade das indústrias já existentes.

Nos países subdesenvolvidos, constitui-se uma vantagem iniciar o processo de industrialização em produtos semi-acabados, favorecendo a instalação das indústrias mesmo em áreas com fraca e até escassa oferta de conhecimento técnico. Porém desvantagens surgem à medida que resistências se formam ao lidar com a cadeia retrospectiva, pois, quando a procura interna se torna forte, a produção nacional é ativada. Forças prós e contra atuam: a indústria que trabalha com importados teme a qualidade, a dependência de poucos fornecedores e um outro fator é a concorrência, com disponibilidade de insumos internamente. Novas indústrias com as mesmas atividades podem surgir.

Diante desse panorama, a instalação de uma indústria em um país desenvolvido industrialmente representa um novo desafio, tanto para a nova indústria como para os fornecedores que irão abastecer sua produção com insumos materiais e tecnológicos necessários, todos engajados em se adaptar às novas especificações. Em um país subdesenvolvido, essa mesma indústria e suas tecnologias só serão implantadas muitos anos depois. Naturalmente, o entusiasmo da novidade não existirá, nem problemas tecnológicos a serem resolvidos. Os avanços técnicos serão importados juntamente com o todo da indústria, não provocando assim efeitos no desenvolvimento.

2.4 Processo de Interiorização das Indústrias no Estado de São Paulo

De acordo com o estudo de Pires (1992), as origens da industrialização no interior do Estado de São Paulo podem ter ocorrido devido a três importantes

especificidades históricas, com características cíclicas, que compõem as causas da transferência da produção industrial da capital para as cidades do interior.

Primeiramente, uma simples constatação de que a região metropolitana, até os anos de 1970, possuía uma participação no Produto Industrial do Brasil de 41,0% em 1959 e 43,5% em 1970.

A partir da década de 1970, inicia-se uma segunda importante fase histórica: o fortalecimento do interior com regiões mais dinâmicas no processo de industrialização brasileira. No período de 1970-1980, a indústria paulista cresce 11,4% a.a. e o interior 15,8% a.a. O crescimento da indústria no interior registra índice maior do que a média nacional de 12,3% a.a. Com esse empenho, a participação do interior na formação do Valor de Transformação Industrial (VTI) brasileiro cresceu de 14,7% em 1970 para 19,8% em 1980.

A terceira especificidade histórica marcante do período foi a queda do VTI para a região metropolitana de 43,5% em 1970 para 33,6% em 1980, enquanto o Estado de São Paulo registra 58,2% em 1970 e 53,4% em 1980, marcando, o fenômeno de descentralização industrial.

Segundo Azzoni (1986), essa tendência também ocorreu nos principais centros urbanos do capitalismo avançado. O processo foi reforçado no período de 1980-1987, intervalo em que a região metropolitana continua reduzindo sua participação relativa para 30,6%, e, no interior registra-se uma ampliação produtiva para 20,4% - VTI. Essa transferência industrial da região metropolitana demonstra uma redução contínua da participação na produção industrial.

Contudo, devido ao novo panorama da industrialização pesada, redefine-se a função da metrópole na dinâmica da acumulação em nível nacional. Seu papel

central direciona-se para os fluxos financeiros e de informação, estabelecendo-se novos marcos da integração do mercado nacional. Houve uma maior descentralização das atividades produtivas, a partir dessas novas definições, ampliando e sofisticando as características de seu setor de serviços urbanos, adquirindo dimensões de metrópole de âmbito internacional.

Para as novas funções da metrópole, destaca-se o sistema de decisão, São Paulo se torna o centro-líder do conjunto metropolitano brasileiro. Desenvolveram-se atividades gerenciais do sistema transnacional, atividades essas capazes de organizar o macro-espço e tornar-se a principal emissora de decisões e inovações no sentido econômico, social, cultural e político.

Nesse contexto, o processo de “descentralização” seria a matriz das importantes alterações na vida das cidades do interior de São Paulo. Cidades de porte médio sofreram uma generalização das formas de reprodução da vida social, sobressaindo, nessa trajetória, algumas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, algumas do Vale do Paraíba, Baixada Santista e Sorocaba.

No setor terciário e suas atividades afins, também ocorre o fenômeno de descentralização espacial. Demonstrando o processo denominado de “Interiorização da Indústria” dá-se, simultaneamente, a “Interiorização dos Serviços”, resultando no aumento do grau de urbanização e das atividades terciárias no interior, e, juntamente com a descentralização industrial, induziu a expansão das “condições externas de produção” no interior do Estado de São Paulo. Esses fatores atrativos atuaram positivamente na decisão de localização das unidades industriais produtivas.

A década de 1970 foi marcada pela interiorização liderada pela indústria, e, posteriormente, na década de 1980, assistiu-se à interiorização dos serviços. Nesse processo, houve uma forte instalação de grandes supermercados, cadeias de lojas, shoppings, bancos estrangeiros, empresas de consultoria, engenharia, informática, agências de publicidade, redes hoteleiras, emissoras de TV, dentre outras.

A extraordinária expansão e modernização agrícola e a descentralização industrial juntas constituíram-se na matriz transformadora da produção terciária, nas principais aglomerações urbanas do interior paulista.

Foi registrada uma aceleração do setor de serviços na segunda metade da década de 1970, atingindo o amadurecimento do setor na metade da década de 1980, nas maiores e principais cidades do interior de São Paulo, apresentando sinais explícitos de uma avançada urbanização e fortalecimento do setor terciário.

Na indústria, a emigração para o interior da Região Metropolitana de São Paulo ocorreu pelo grupo de indústrias produtoras de bens intermediários (minerais não metálicos, metalurgia, madeira, papel e papelão, borracha, couros, peles e produtos similares, química e produtos de matérias plásticas) e de bens de consumo duráveis e de capital.

A emigração de capitais se dá de forma diferenciada e concentrada em alguns pontos geográficos do interior do Estado de São Paulo e resultam da soma de diferentes fatores econômicos, sociais e políticos, que estabelecem as regras das decisões do uso do território, interesses que envolvem o processo de interiorização de unidades econômicas.

A interiorização parece fazer parte de uma nova estratégia das empresas em buscar novos espaços geográficos para a acumulação e reprodução do capital.

Soma-se ao papel desempenhado pelas políticas públicas de conteúdo espacial explícito e implícito, seja implementada pelo Governo Federal ou aquelas implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo. Nesse período, é consolidada em quase todos os centros urbanos, a verticalização, por um lado, e o adensamento de determinadas áreas, por outro lado, aumentando, com isso, os casos de conurbação. Aumentou, também, as periferias de baixa renda em quase todos os centros urbanos mais relevantes (CANO, 1998).

2.5 Processo de Pré-Industrialização no Vale do Paraíba Paulista

Segundo Ricci (2006), a economia propulsora para a região do Vale do Paraíba Paulista foi a cafeeira, fator de progresso para a região que intensificou e fortaleceu as funções industriais e comerciais dos centros urbanos. A prosperidade da economia cafeeira no Vale do Paraíba Paulista reflete politicamente, os barões do café conseguem estender seus planos para o Séc. XX, elegendo Rodrigues Alves para Presidente, 1902-1906: no ano final do seu mandato é firmado o Convênio de Taubaté. Esse Convênio estabeleceria a valorização do produto no mercado internacional, por intermédio da estocagem dos excedentes produzidos.

Nesse período, a região do Vale do Paraíba já apresentava declínio, porém a produção norte adicionada à região central e região mogiana totalizavam praticamente a produção nacional de café.

Embora tenha havido o enfraquecimento da produção e, posteriormente, a transferência de recursos para a produção do café para a região do Oeste Paulista, “[...] o fluxo de renda da região foi capaz de manter as atividades dos municípios e viabilizar recursos para o fomento ao desenvolvimento de outras atividades [...]”

(RICCI, 2006, p.40). Outra comprovação diz respeito à escassez de capital, fato que não foi registrado nos municípios considerado pioneiros no processo de industrialização, (exceto Jacareí).

Como fator de grande relevância para as atividades de industrialização, citou-se, também, a disponibilidade da força de trabalho. A formação dessa capacidade para a produção cafeeira foi fundamental para a continuidade do processo econômico. A oferta de mão-de-obra constituiu-se em um insumo relevante na produção e, torna-se atração para investimentos. Com índices crescentes na população urbana, paralelamente, as necessidades básicas precisam ser atendidas, formando, assim, um mercado de consumo.

As Tabelas 1 e 2 demonstram a evolução da população de alguns municípios do Vale do Paraíba Paulista na fase de pré-industrialização:

Tabela 1: Evolução da População. Números Absolutos

Municípios	1854	1886	1920	1935
Guaratinguetá	13.714	25.632	43.101	38.838
Jacareí	9.861	16.565	25.363	31.300
Pindamonhangaba	14.645	25.084	43.183	40.284
São José dos Campos	6.935	17.906	30.681	31.606
Taubaté	22.307	40.624	85.433	68.040

Fonte: Ricci, 2006.

Tabela 2: Evolução da População. 1850 = 100

Municípios	1854	1886	1920	1935
Guaratinguetá	100,00	186,90	314,28	283,20
Jacareí	100,00	167,98	257,21	317,41
Pindamonhangaba	100,00	171,28	294,87	275,07
São José dos Campos	100,00	258,20	442,41	455,75
Taubaté	100,00	182,11	382,99	305,02

Fonte: Ricci, 2006.

Seria importante salientar que, quando consideramos as primeiras atividades industriais, estas são padrões de indústrias da época. Os primeiros estabelecimentos se dedicavam ao beneficiamento, ao aproveitamento de produtos oriundos da agricultura ou, a matérias primas locais.

Segundo Ricci (2006), nossa fase pré-industrial ocorre, paralelamente, com as primeiras medidas para o avanço da política industrial do Brasil. A indústria têxtil representou nossos primórdios industriais mais próximos de definições atuais. A esse setor foi destinada uma política protecionista, que diminuía os direitos sobre os corantes importados e elevação das tarifas sobre os fios coloridos.

O capital inicial das atividades industriais teria sido o capital comercial excedente, investido nas atividades industriais. A informação é de que quase todos os empresários brasileiros são oriundos de uma elite rural. Em tais circunstâncias, só os imigrantes europeus urbanizados poderiam desafiar a hegemonia dos fazendeiros.

Na evolução do processo de industrialização, outros fatores são adicionados, como a localização geográfica, os incentivos oferecidos pelo governo municipal e, a propaganda. O município de Jacareí procurava investidores com anúncios na imprensa de São Paulo.

Em outro momento (SILVA, 2001), o município de São José dos Campos utilizou-se de incentivos para a atração de investimentos e fomento do desenvolvimento local. A Lei nº 4, de 13 de maio de 1920, oferecia isenção de terreno, isenção de impostos municipais por 25 anos e fornecimento gratuito de água para empresários, para a montagem de fábricas, com a exigência de empregabilidade para cem funcionários e com capital de 50 Contos de Réis.

Como reforço adicional, a imprensa da capital publicou edital referenciando os incentivos. Os primeiros benefícios foram concedidos ao italiano Eugênio Bonadio, que recebeu 9.000 m² e instalou a fábrica de louças Santo Eugênio em 1920 (SILVA, 2001). Em 14 de maio de 1925, a Tecelagem Parayba é inaugurada com os benefícios do município e trazendo um novo dinamismo econômico para São José dos Campos.

A Tecelagem Parayba expandiu-se, sua produção de cobertores atendia à demanda de 70% do consumo nacional e, parte de sua produção era exportada para países como Canadá e Estados Unidos. Outras importantes aquisições do município ocorreram: em 1941, a Cerâmica Weiss, que produzia objetos de utilidades domésticas; em 1946, a Rhodia – Indústrias Químicas e Têxteis; a Johnson & Johnson, em 1952; e a General Motors do Brasil, em 1959 (CURSINO, MATTA, 2003).

De acordo com a pesquisa de Silva (2001), o município, em 1935, passou para Estância Hidromineral e Climática, usufruindo uma verba extra, igual à arrecadação tributável estadual do período anterior no município, com a finalidade de aplicação em infra-estrutura. O auxílio monetário recebido do Fundo de Melhoria das Estâncias; preparou e adaptou a cidade para a instalação do CTA, o ITA e as indústrias que se deslocaram para o município. Igualmente importante nesse processo, foi a construção da Rodovia Presidente Dutra, período de 1947/1950 e a sua conseqüente duplicação em 1967.

Na fase industrial posterior a 1950, o município foi beneficiado pelas políticas determinadas pelo governo militar, que possuía a estratégia de desenvolvimento científico-tecnológico, ou seja, um fortalecimento do Estado-Nação, dando prioridade para os setores estratégicos de aeronáutica e defesa.

2.5.1 Conceituando “Cidade”

Para conceituar a “cidade” de São José dos Campos, iniciaremos com Singer (2002), que define cidade como uma aglomeração humana, um número relativamente grande de pessoas que habitam próximas umas das outras formando um ambiente compacto inserido em um território. Pode-se, também, utilizar Castells (1975), que retrata cidade como uma concentração espacial da população, a partir de determinados limites de dimensão e de densidade, complementado pela difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, o que se pode caracterizar como “cultura urbana” ocupando um espaço. Para Santos (1997), tudo está no espaço, os homens, as firmas, as instituições, as infra-estruturas e pode-se considerar como elementos do espaço, inclusive a economia.

Partindo dessa conceituação do urbano, funções econômicas poderão ser traçadas, atividades que exigem um grande número de pessoas, como, por exemplo, a indústria de transformação, que utiliza equipamentos grandes e pesados e de difícil transporte, necessita que sua movimentação seja mínima, com uma força de trabalho próxima e de grande quantidade.

As definições selecionadas podem ser atribuídas ao município de São José dos Campos, uma vez que as atividades referidas, neste estudo, estão agrupadas na mesma área e atraiu para o seu complexo outras atividades complementares. Uma delas é o comércio de bens e serviços que, devido à grande concentração da população, oferece um mercado diversificado aos comerciantes.

Essa demanda está composta de igual diversidade de profissionais – banqueiros, financistas, hoteleiros, médicos, advogados e intermediários diversos (agências de empregos, agências de festas, imobiliárias e outros que são criados de acordo com a geração de novas necessidades), atuações que proliferam em grandes centros em função do acumulado da riqueza social. Referência, também, para a atividade administrativa, manutenção e ordem, que é exercida pelo poder público. Esses órgãos são constituídos por verdadeiros exércitos de prestadores de serviços, como: a segurança, a educação, a saúde e a justiça.

Na atualidade, a nova realidade do município absorve uma gama de serviços, que é resultante de um processo de mudança nos costumes, alterada de maneira gradual pela população. De acordo com a implantação de novas indústrias e a chegada de novas pessoas, de locais e tradições distintas, foram naturalmente desencadeadas novas demandas que se transformaram em novas fontes de trabalho, alimentando, dessa forma, o ciclo mercado-empresa-família. Assim,

atividades econômicas foram criadas causando um resultado positivo na economia local.

Uma das primeiras atividades industriais desenvolvidas foi a alimentícia, isso devido à produção leiteira, período em que o campo oferecia insumos primários e, a cidade, por sua vez, adicionava uma certa especialização e os transformava em produtos diversos com agregação de valores.

A transformação do município, no seu aspecto urbano, foi devido ao processo de industrialização ocorrido na década de 1970. A urbanização de São José dos Campos está diretamente relacionada com o processo de desenvolvimento e, de acordo com Castells (1975), pode-se relacionar o desenvolvimento com alterações técnico-econômico e transformações qualitativa das estruturas sociais, as quais potencializam as forças produtivas. A evolução ocorre na acumulação dos recursos técnicos e materiais por meio das mudanças estruturais.

Com a concentração das empresas no espaço urbano, o mercado se amplia, possibilitando uma concentração do capital, que, por sua vez, produz vantagens comerciais e exerce uma força de atração cada vez maior devido às novas necessidades geradas. Essa fantástica concentração de atividades condiciona uma extraordinária expansão das atividades terciárias, a atividade comercial se amplia, especializa-se e o mesmo acontece com todas as atividades.

A demanda por serviços, quando tratada dentro de uma economia capitalista, é determinada como solvável, ou seja, ela cresce em função da renda e não em função da população (SINGER, 2002). Assim, uma família que não pode suprir suas necessidades primárias não contribui diretamente, e sim, indiretamente, alguém estará oferecendo esse suporte inicial, que, de certa forma, é acrescido no consumo

urbano, que será sustentado com recursos de outros (parentes, amigos), mas só contribuirá para aumentar a demanda por serviços urbanos positivamente, quando usufruir renda própria e utilizar serviços para se alojar adequadamente e consumir bens e serviços.

O município apresenta capacidade positiva na sua relação com as atividades da economia urbana. Diante dos conceitos de cidade, São José dos Campos não é auto-suficiente, pois não produz tudo o que consome, mas a sua capacidade de exportar gera excedente capaz de suprir sua dependência com a importação. Portanto, sua capacidade de gerar renda é alta, fato esse que geralmente atrai imigrante.

O aumento da população gera demanda e aumenta o consumo interno de bens e serviços, formando um ciclo que fomenta todas as atividades produtivas, constituindo um processo cumulativo de crescimento. O contrário, também, deve ser analisado, se a sua capacidade de exportar fosse menor que importar, perderia sua habilidade de gerar renda. Haveria uma diminuição de seu poder de compra, perda em seu potencial de atratividade de investimentos e mão-de-obra, causando uma estagnação, e, se medidas corretivas não fossem aplicadas, ocorreria declínio no processo de crescimento.

Para organizar sua urbanização, São José dos Campos utilizou planejamento físico-territorial. Souza (2003) descreve o planejamento como uma atividade que elabora planos de ordenamento espacial para a “cidade ideal”. Nessa interpretação, os planos retratam qual o panorama desejado para determinada área no futuro, assim, reúne diretrizes e metas para serem seguidas.

2.5.2 Indústrias por Ramo de Atividade em S. J. Campos

Elaborado por intermédio de pesquisa executada pela Secretaria de Planejamento Urbano (PMSJC, 1972/1996), o processo de identificação das empresas incluiu um levantamento de campo e não se limitou basicamente às fontes cadastrais, no caso inscrição municipal.

Para uma padronizada classificação, utilizou-se, como referência, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; efetuada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE, 1994.

Refere-se a uma classificação de atividades econômicas adotadas na produção e disseminação de estatísticas econômicas, e na organização de cadastros da Administração Pública do país.

As atividades que envolvem a transformação física, química ou biológica de materiais, substâncias ou componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias ou componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca, ou produtos de outras atividades industriais. (FIBGE, 1994 – v II).

A pesquisa abrange um total de 912 unidades de produção, ano de referência 2004. O universo abrangido corresponde a 90% do total de indústrias existentes no município de São José dos Campos.

A classificação utilizada por ramo de atividade foi:

1. Extração de Minerais Não-Metálicos
 2. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas
 3. Fabricação de Produtos Têxteis
 4. Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios
 5. Preparação do Couro e Fabricação de Artefatos de Couro
 6. Fabricação de Produtos de Madeira
 7. Fabricação de Produtos de Papel, Celulose e Papelão
 8. Edição: Impressão e Produção de Gravações
 9. Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustível Nuclear e Produção de Álcool
 10. Fabricação de Produtos Químicos
 11. Fabricação de Artigos de Borracha e Plásticos
 12. Fabricação de Produtos Minerais Não-Metálicos
 13. Metalurgia Básica
 14. Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos
 15. Fabricação de Máquinas e Equipamentos
 16. Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática
 17. Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos
 18. Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
 19. Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalar, Instrumento de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial
 20. Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias
 21. Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte
 22. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas
 23. Reciclagem
-

2.6 Caracterização das Atividades Empresariais

O município de São José dos Campos possui um complexo empresarial diversificado, e, conforme Nakagawa (1993), o ambiente de atividades empresariais se torna importante, para visualizar o conjunto de empresas e seu meio de atuação, é necessária uma análise de suas partes. Uma visão sistêmica parece apropriada quando a filosofia e os objetivos da empresa são analisados. Dessa forma, far-se-á

uma referência à abordagem holística de como observar e resolver problemas complexos deverão ser amplamente exercitados.

Essa abordagem salienta uma preocupação pelo desempenho total do complexo comercial para um objetivo principal, característica descrita pela Teoria Geral de Sistemas (TGS) em que deve existir uma interação entre todas as partes dos elementos que o compõem, ou seja, elementos ou partes se interagem continuamente (BERTALANFFY, 1950). A inserção dessa teoria na administração foi complementada pelo conceito de Cibernética. Esta é uma teoria dos sistemas de controle baseada na comunicação, ou melhor, na transferência de informação entre todos os elementos que compõem o sistema e, pelo controle de cada função desse sistema e seu relacionamento com o ambiente ao qual ele está inserido (BEER, 1969).

Para que haja sucesso nesse processo, o bom desempenho deverá ocorrer em todos os seus componentes. Devido à complexidade do sistema comercial, uma estrutura deverá ser montada de acordo com o perfil de cada empresa componente desse complexo. Essas empresas integram um ambiente econômico que é composto por empresas que compram, vendem, prestam serviços, pagam impostos, utilizam recursos emprestados; enfim, interagem com outros agentes econômicos, abordagem de Lemes, Rigo e Cherobim (2002). Essas relações devem estar de acordo com normas legais, fiscais, fitossanitárias ou outra lei qualquer que possa afetar de alguma forma o complexo produtivo e comercial.

A empresa deve estar bem estruturada, pois, além de serem pressionadas por seus clientes por melhores serviços e preços, sofrem fiscalizações de órgãos governamentais, e, ainda, estão sujeitas a todo tipo de variação pelos agentes

financeiros: inflação, demanda de seus produtos e serviços, alteração de leis regulatórias, mudanças tributárias e variações na conjuntura econômica.

A produção industrial do município está direcionada para a indústria aeronáutica, a indústria automobilística e o setor químico, assim, o conhecimento das possibilidades de mercado se torna importante para o empresário de micro e pequenas empresas que produzem para a cadeia produtiva existente, pois a relação de monopólio, por exemplo, pode restringir condições de preço para o fornecedor, por falta de concorrência de compradores.

A estrutura de mercado de São José dos Campos desenvolveu-se para atender indústrias motrizes. Assim, apesar do município estar localizado estrategicamente e não possuir dificuldades no escoamento de sua produção, fornecedores do ramo aeronáutico poderão estar limitado a apenas uma empresa como compradora. Isto se desenvolver produtos apenas dessa natureza. Normalmente, as indústrias de apoio diversificam sua produção para evitar a formação de monopólio.

Esse conjunto de fatores conceitua o ambiente econômico no qual toda empresa está inserida e, da forma como ocorre essa inserção, depende sua possibilidade de sucesso. Para que a empresa tenha suas condições amplamente analisadas, é necessária uma análise da estrutura de mercado a que ela pertence.

O Quadro 2 apresenta possíveis estruturas de mercado empresarial.

Quadro 2: Estrutura de Mercado

Fornecedores	Compradores			
	UM	PEQUENO	GRANDE	
			Produto Homogêneo	Produto Diferenciado
UM	Monopólio Bilateral	Quase Monopólio	Monopólio	não-aplicável
PEQUENO	Quase Monopsônio	Oligopólio bilateral	Oligopólio puro	Oligopólio diferenciado
GRANDE	Monopsônio	Oligopsônio	Concorrência perfeita	Concorrência Monopolística

Fonte: Souza, 2005.

As empresas adaptam-se à estrutura de mercado em que estão inseridas para poder atuar melhor em sua atividade comercial, estabelecer preços e reconhecer seus concorrentes. Essa estrutura é importante para direcionar a administração da empresa na tomada de decisão, procurando fomentar o crescimento e manter a estabilidade no cumprimento de metas estabelecidas pela administração, pois as políticas econômicas exercidas pelo poder público geralmente são apoiadas em leis e podem alterar as atividades econômicas de todo o complexo.

Complementando, para se obter estabilidade financeira e caminhar para o crescimento sustentável, de acordo com Nakano (2005), as empresas brasileiras estão se reestruturando, tornando-se mais competitivas, fato de grande importância para contornar obstáculos frequentes nessa área que, dada à sua característica social, é volátil e sensível a todos os acontecimentos.

Nesse contexto, pode-se identificar, no município, uma empresa brasileira com características de transnacional – A Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica, que nasceu em São José dos Campos e tem como principal base de operação o Brasil, porém já atua com fornecedores parceiros em diversos países. Quando compra, por exemplo, “motor” para suas aeronaves, adquire tecnologia específica já desenvolvida pela parceria, racionaliza tempo e custos, para ganhar em competitividade.

2.7 Planejamento das Atividades Urbanas

Para o desempenho adequado do município, planejamentos urbanos foram necessários. O conceito de reforma urbana, que amadureceu com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e descrito por Souza (2003) a favor de planejamentos, é caracterizado por um conjunto articulado de políticas públicas que objetiva, na concepção primária, a redução de injustiças sociais no centro urbano, assegurando uma melhor democratização na gestão de cidades.

Essa referência é mais abrangente que a questão urbanística, que se ocupa apenas com a estética e a ordem urbana. Comparando com a reforma agrária que se apóia na redistribuição de terras, como patrimônio, na qual o solo é um meio de produção, o MNRU que atuou nos anos 1960 até meados da década de 1980, recebeu o apelido de “pré-história da reforma urbana” (SOUZA, 2003, p. 157), movimento que defendia programas específicos de geração de emprego e renda acoplados a políticas urbanas.

Das propostas defendidas por esse movimento, a Constituição Federal, promulgada em 05.Out.1988; inseriu os artigos 182 e 183.

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes sociais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (C.F., Art. 182, p.120, 1999).

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (C.F. Art. 183, p. 120, 1999).

De acordo com Brasil (1999), é obrigatório o plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, para municípios que excedam vinte mil habitantes, pois ele se constitui em um instrumento básico para o desenvolvimento e, também, para a função expansiva urbana. Na seqüência do artigo, a constituição afirma que, se a propriedade urbana atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade determinada no plano diretor, ela cumprirá sua função social.

2.7.1 Medidas de Localização

As medidas de localização são utilizadas para auxiliar a formulação de políticas de descentralização industrial e, também, para explicar os padrões regionais de crescimento econômico, sua função principal se justifica para analisar uma estrutura ou no auxílio de outra técnica empregada.

O quociente de diferenciação, neste estudo, faz uma comparação percentual de um município em um setor particular com a sua participação percentual na parcela total da economia regional. Se o quociente for maior que um, pode-se afirmar que o município é relativamente mais importante, no contexto regional, em termos de setor, do que em termos gerais de todos os setores. Já um quociente inferior à unidade determina uma atividade não-básica, suficiente para atender o mercado do próprio município (HADDAD; FERREIRA; ANDRADE, 1989).

Na distribuição da matriz, as linhas representam o total do setor no município e o somatório dos setores no município, entre os diversos municípios da região. No total das colunas, temos o somatório do setor entre os municípios e o somatório entre setores e municípios em termos percentuais. Teremos, então, a distribuição da participação em cada município por setor, e a distribuição da participação de cada setor entre os municípios.

Na seqüência, duas derivadas, em termos percentuais, são apresentadas: a distribuição da participação de cada município por setor produtivo, e a distribuição da participação de cada setor produtivo entre os municípios. Obtendo-se os dados da matriz, é possível calcular o índice dos padrões de comportamento dos setores produtivos, entre os diversos municípios, no espaço econômico regional.

2.7.2 A Produção no Espaço Geográfico – *Cluster* Industrial

O texto de Suzigan (2006), sobre Aglomerações Industriais Como Foco de Políticas, discute as razões pelas quais certas atividades, principalmente as industriais, possuem a tendência de aglomerar-se em espaços geograficamente demarcados. O tema é colocado de forma complexa e não admite argumentos simples de diretrizes políticas para o assunto.

Suzigan (2006) cita cinco abordagens: as inspiradas em distritos industriais italianos ou europeus; as localizações com inovações tecnológicas na dinâmica industrial; as fundamentadas na economia regional, gerando relação entre geografia econômica e desempenho industrial; as estrategicamente direcionadas para as vantagens competitivas geograficamente restritas; e a abordagem da Nova Geografia Econômica – NGE.

A NGE recebeu maior atenção no detalhamento do autor, referenciada como a quarta onda da revolução dos retornos crescentes e como competição imperfeita na economia. Essa importância está relacionada com o período pós 1990 dentro dos novos conceitos de organização industrial, comércio internacional e teoria do crescimento.

No referencial teórico de Krugman (1991 *apud* SUZIGAN, 2006), foi abordado o tema da localização da produção no espaço geográfico como um dos pontos centrais da corrente principal da economia. A análise identifica elementos positivos e negativos na concentração espacial: as forças centrípetas, que se apresentam como *linkages*, mercados densos, *spillovers* de conhecimento e outras economias externas puras, são as forças que induzem à concentração espacial de atividades econômicas; para confrontar com esses fatores, aparecem as forças centrífugas identificadas como fatores fixos ou imobilizados, aluguéis, custos de *commuting*, congestionamento, poluição e outras deseconomias externas puras, desestimulando a concentração.

Quando a trindade de economias externas, teoria urbana, regional e de localização industrial, agregada às forças centrípetas e centrífugas, a concentração espacial é analisada com reticências, também pelo reconhecimento importante de implicações políticas e variações de mercado. Nessa discussão, foi ressaltada a importância da solidificação do enfoque NGE no plano empírico e teórico, pois o autor ressalta que a economia oferece dados para a política.

Em outro trabalho, Krugman (1993 *apud* SUZIGAN, 2006) mostra que a intervenção se torna um argumento para a política industrial quando benéfica na construção social, ou seja, o sucesso de uma indústria fortalece o sucesso das

outras, que se aglomerando formam os *clusters*, evidenciando a importância das economias externas. Nesse contexto, para inserir o fator de apoio governamental, é necessário analisar os fatores da aglomeração e as economias externas, por exemplo, tecnologia e mercado.

Em uma outra conceituação, David (1999 *apud* SUZIGAN, 2006) aponta os modelos de NGE como gerador de uma geografia idealizada da industrialização, aglomerados centrais e regiões periféricas com dominância de atividades agrícolas e extrativas, ressalta outro processo, o efeito de *spillovers* de conhecimento tecnológico e os *feedbacks*, responsáveis pela difusão de práticas, técnicas e organizacionais. Assim, esse autor também afirma a necessidade de estimular esforços empíricos e analíticos para identificar e quantificar a heterogeneidade de processos que envolvem a NGE no desenvolvimento regional.

O autor continua em seus argumentos:

1. Além da demanda e oferta, forças como custos relativos de admissão e treinamento de mão-de-obra para diferentes qualificações, os *spillovers* localizados de conhecimento e as externalidades que incorrem sobre insumos de serviços empresariais especializados; influem na localização da indústria.
2. Custos de transporte;
3. As vantagens de aglomeração inicial são reforçadas por mecanismos de feedback positivo. O modelo afirma: se não houver limite ao processo de feedback positivo, a região dominante monopoliza a indústria.

4. A evolução geográfica está sob a influência de sua história, ou seja, vantagens geográficas podem ser ampliadas.
5. Não subestimar a economia política das estratégias de desenvolvimento regional.

No fator referente à estratégia política, autoridades municipais, estaduais e regionais normalmente utilizam a concessão de incentivos fiscais e infra-estrutura. Outro fator importante é referente aos chamados torneios locacionais, ocorre pela coincidência de iniciativa na implantação de políticas governamentais, o que pode causar ineficiências características de equilíbrios monopolisticamente competitivos, como consequência, a perda da plena exploração de economias de aglomeração. O autor também ressalta a seriedade dos governantes com a questão fiscal e, ainda cita um exemplo, a Ford, na Bahia, representa uma localização adequada ou uma localização política.

Outra visão dessa análise para as aglomerações industriais está na cooperação entre empresas e o apoio do setor público. Essa justificativa analítica afirma que as economias externas locais não são apenas originárias de *linkages* e *spillovers*, mas também na distribuição e na diversificação de serviços especializados que normalmente difundem em aglomerações industriais.

Na finalização dessa análise, Scott (1998 *apud* SUZIGAN, 2006) sugere o enfoque dos geógrafos. Nessa abordagem, a formação de densos *clusters* é considerada como uma tendência endêmica produtiva, favorece o crescimento, a produtividade e o comércio internacional. Para esse autor, pequenos eventos podem transformar uma região ou local em líder, os incidentes podem ser naturais,

tecnológicos ou organizacionais. Exemplo do tipo organizacional, como o de H. Ford, em Detroit, faz um local consolidar e ampliar sua liderança.

Dessa forma, um local em liderança, à medida que cresce, amplia sua economia de aglomeração e estimula a divisão do trabalho, diversifica a economia e fomenta a sinergia local; na seqüência novos fatores são inseridos, a estrutura industrial local se adensa, o intercâmbio de informações e a aprendizagem se intensificam, o conjunto de fatores estimula as inovações tecnológicas e comerciais, o processo se torna progressivo, atingindo o completo aproveitamento de economia de escala.

2.7.3 Legislação Municipal de Uso e Ocupação do Solo em S.J.Campos

Para um planejamento municipal, é necessária a geração de instrumentos eficazes, o Plano Diretor é um instrumento que define todo o universo da política de desenvolvimento para o território do município, engloba o plano econômico, sócio-cultural, meio ambiente, e qualquer outro assunto que possa se localizar dentro da abrangência do governo municipal. O Departamento de Formalizações e Atos da PMSJC dispõe das informações seguintes.

O município, por meio de Planos Diretores e Leis de Zoneamento, atingiu a urbanização de forma planejada. A Prefeitura de São José dos Campos, desde o início do século XX, formaliza leis que determinam regulamentos sobre construções, demolições, loteamentos e normas para espaços públicos, como ruas e praças.

A topografia do município, já na década de 1930, apresentava atenção de seus dirigentes (SILVA, 2001). No estado de estância climática, os prefeitos eram

nomeados pelo interventor do Estado, o poder era exercido por uma tríade: médico-advogado-engenheiro; fato que promoveu a pavimentação das vias públicas e, a instalação de infra-estrutura, como água, esgoto e luz.

A zona urbana do município, na década de 1930, estava dividida em quatro zonas distintas, a chamada parte baixa (norte) como zona industrial; o planalto como zona comercial, agregando na sua continuidade a zona residencial e na sua seqüência a sanatorial. A expansão da área urbana foi planejada pelos prefeitos-engenheiros e, avenidas largas foram exigências nesse período (SILVA, 2001).

A Lei nº 281 – Código de Obras, aprovada para vigorar a partir de 1954, estipulou as primeiras divisões para a área urbana do município.

No final da década de 1950, foi implantado o primeiro Plano Diretor para o município. Paralelamente, as primeiras indústrias começaram a se instalar e, por intermédio do decreto nº 250/58, que criava um zoneamento, a cidade foi planejada para diversos centros e subcentros urbanos; ou seja, uma administração com diversos núcleos. Esse zoneamento visava organizar a localização das indústrias ao longo da Rodovia Presidente Dutra, e evitar loteamentos ilegais.

Em 1964, foi concluído outro Plano Diretor, o qual não entrou em vigor. Para organizar áreas de loteamentos, foram utilizadas Leis Municipais, Lei nº 934/62 e sua ampliação pela Lei nº 1359/67.

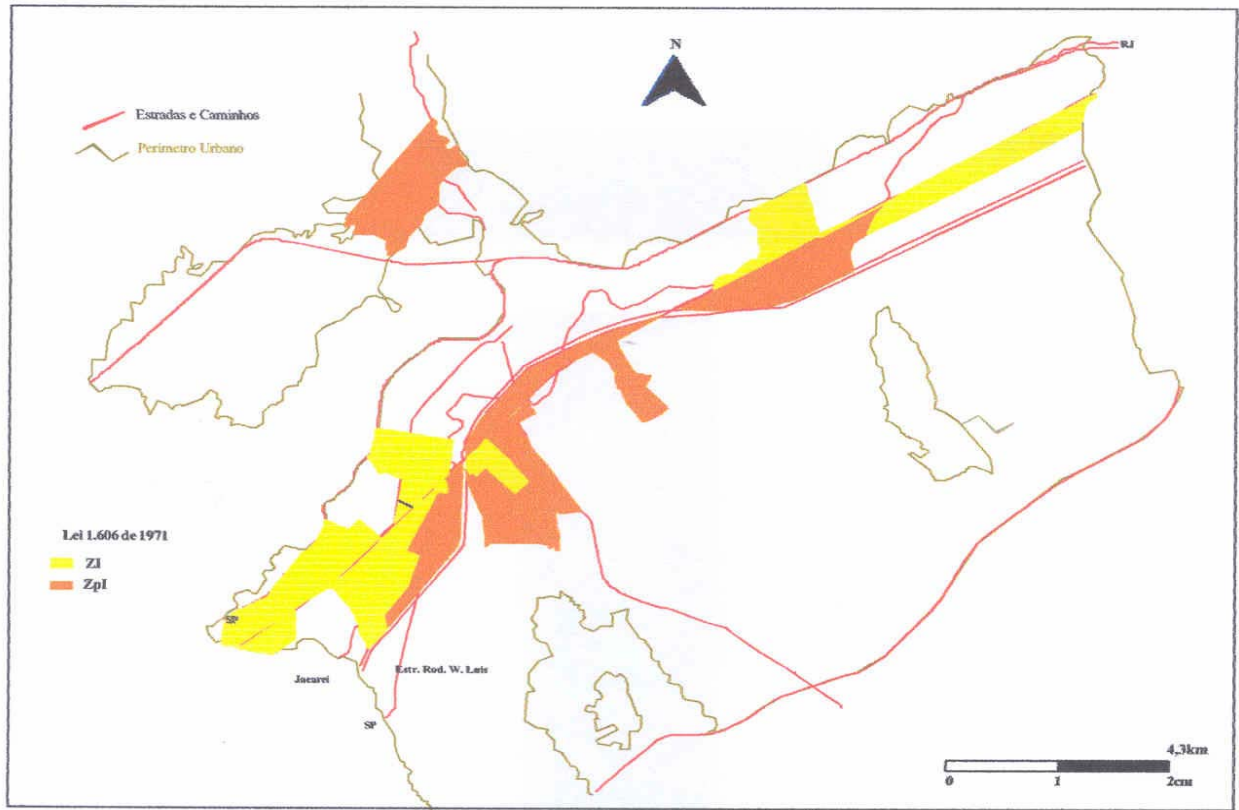
Nesse período, o crescimento industrial em São José dos Campos foi representativo, resultado do processo de descentralização das indústrias em São Paulo, interligado com o desenvolvimento industrial do Brasil. O município se organizava, pois tinha interesses em sediar a localização das indústrias que deixavam a região metropolitana de São Paulo.

Para suprir os interesses do município, em 1970, é concluído o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município – Lei nº 1623/71; parcelamento do solo – Lei nº 1576/70 e Lei de Zoneamento – Lei nº 1606/71.

A Lei de Zoneamento dividiu o espaço do município em zonas de expansão urbana e rural, como se pode observar:

1. ZpC – Zona de predominância Comercial
2. ZpH – Zona de predominância Habitacional
3. ZpR – Zona de predominância Recreacional
4. Zpl – Zona de predominância Industrial
5. ZI - Zona Industrial
6. ZE - Zona Especial
7. ZeU – Zona de expansão Urbana
8. ZC - Zona Central
9. Reservas de áreas livres nas zonas de expansão

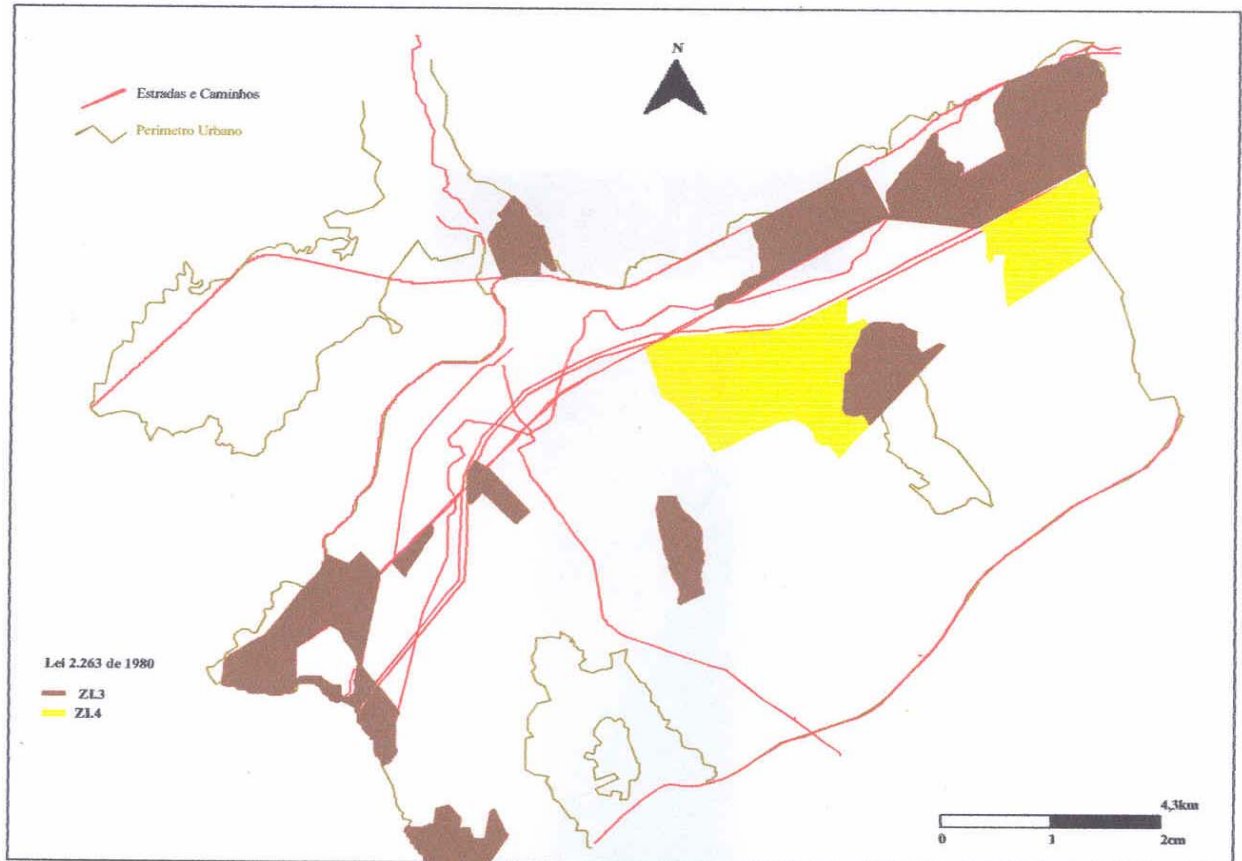
Mapa 1: Lei Nº 1606 de 1971



Fonte: PMSJC, 1998.

Para o município de São José dos Campos, a Lei nº 1606/71 formaliza as adaptações de áreas destinadas à formação de um parque industrial, sendo ZI – Zona Industrial e ZpI – Zona de predominância Industrial, representadas no Mapa 1. Houve a preocupação de reservar grandes extensões, uma vez que o objetivo era absorver as médias e grandes indústrias, visando às políticas dos governos federal e estadual que apontavam para uma demanda no interior do Estado de São Paulo, e o município possuía o perfil adequado e interesse em absorver essas indústrias.

Mapa 2: Lei Nº 2263 de 1980



Fonte: PMSJC, 1998.

Em 1980, a Lei nº 2263/80 redefine as áreas industriais: ZI-3 e ZI-4 – Mapa 2, o panorama industrial do município requer uma nova classificação; nesse período, ocorre a instalação da Refinaria Henrique Lage, o setor químico se torna representativo. Nas novas divisões da Zona Industrial, a ZI-3 é destinada à instalação de indústrias com capacidade poluidora de médio porte, sujeitas a controle por órgãos competentes, e ZI-4, para uso exclusivo de indústrias com capacidade poluidora de médio-alto, com controle específico de poluição determinado por órgãos competentes. Essa lei amplia a zona urbana e, continua

garantindo áreas ao longo da Rodovia Presidente Dutra, destinadas a receber as indústrias em trânsito, resultantes do processo de interiorização industrial.

Em 1990, a Lei nº 3721/90 propõe a implantação de loteamentos com o objetivo de suprir a demanda para a população de média e baixa renda. A preocupação com o meio ambiente está presente na proposta dessa lei. Assim, uma nova definição para o uso de indústrias poluidoras foi instituída e, para as já existentes, foram criadas medidas de controle de poluição. Para as Zonas Comerciais, foram criados subcentros de comércio e serviços.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos de 1995, juntamente com a Lei Orgânica Municipal nº 165/97, preocupa-se com o meio físico e ambiental, estabelecidos nas macro-zonas urbanas, pois ocorre o fortalecimento das pequenas e médias empresas de capital local e, também, o setor de serviços. Nessa fase, desenvolve-se um mercado de trabalho paralelo ao da indústria. O processo de industrialização, ocorrido na década de 1970 e 1980 em decorrência da interiorização das indústrias no Estado de São Paulo, reforça a estrutura industrial de São José dos Campos e atrai empresas de pequeno e médio porte, exigindo alterações nas leis, pois a maioria dessas empresas ocupava, inadequadamente, zonas residenciais.

Atualmente, informações obtidas na Prefeitura Municipal de São José dos Campos (2006) relatam que a economia da cidade não está voltada para a industrialização pesada, os investimentos estão voltados para as indústrias de pequeno porte, ênfase na prestação de serviços e na produção de tecnologia. Com o objetivo de apoiar essa nova fase da economia, a PMSJC, por meio da Lei

Complementar nº 182/99 (ANEXO A), oferece incentivos fiscais para loteamentos e condomínios industriais.

A Lei Municipal Complementar nº 256/03 (ANEXO B) oferece incentivos na redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Isenção de Taxas Municipais, e outros incentivos não tributários; decisões direcionadas para a nova tendência da economia do município: o fortalecimento das pequenas e médias empresas dos setores de serviços diversos.

2.7.4 Políticas Econômicas de Governo

A compreensão do processo de interiorização das indústrias está relacionada com a política econômica do país. O Governo Federal juntamente com o Governo Estadual promoveram a descentralização industrial e alteraram a função principal da capital. Esse estudo observa que os municípios localizados em um raio de 100 Km da Capital do Estado de São Paulo estiveram inseridos nesse processo e, com bases no planejamento, desenvolveram propostas atrativas para essas indústrias.

Na esfera governamental, as decisões tomadas pelo governo federal influenciaram o estadual e, o governo municipal foi influenciado por ambos os governos. Dessa forma, a política de desenvolvimento de São José dos Campos esteve sob forte influência dos demais governos.

Na pesquisa de Pires (1992), efetuada para a PMSJC – Secretaria de Planejamento Urbano -, a realização de investimentos públicos federais, na década de 1970, contribuiu fortemente na descentralização de capitais industriais produtivos, principalmente em São Paulo. As medidas tinham como objetivo incentivar

investimentos nas regiões periféricas do país, como a região Nordeste e Norte. Contudo, o maior beneficiado foi o interior do Estado de São Paulo, onde as políticas municipais foram efetivamente eficazes.

Para que essa interiorização do crescimento econômico no Estado de São Paulo ocorresse, políticas públicas foram essenciais:

- A política de incentivos à exportação, que proporcionou relevante desenvolvimento agroindustrial.
- A instalação de duas refinarias da Petrobrás, em Paulínia e em São José dos Campos, que promoveram a inserção de atividades químicas interdependentes.
- O desenvolvimento dos programas da produção bélica e aeronáutica em São José dos Campos.
- A criação de um importante pólo de informática em microeletrônica de Campinas, parceria Unicamp e investimentos federais em ciência e tecnologia.

De acordo com a PMSJC (1972-1996), suas pesquisas detectaram que os governos federal e estadual, paralelamente, desenvolveram políticas direcionadas para a infra-estrutura, medidas essenciais para viabilizar a transferência da produção industrial, da região metropolitana, para o interior, tais como:

- Plano Rodoviário de Interiorização e Desenvolvimento, com o objetivo de descentralizar, através da implantação e também pela ampliação de estradas, acessos e ligações, visando beneficiar o fluxo para outras regiões.

- Escritórios Regionais de Planejamento com a finalidade de diagnosticar, analisar e elaborar estratégias sócio-econômicas regionais.
- A Cia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas, criada em 1973, tornou-se importante no controle de expansões ou mesmo novas instalações de unidades industriais.
- O governo estadual com o apoio do governo federal implantou a “Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo”. Essa política utilizou recursos públicos para a melhoria de infra-estrutura urbana nos mais importantes centros industriais. São os casos de implantação das rodovias dos Bandeirantes, dos Trabalhadores (atual Ayrton Senna) e dos Imigrantes.
- Na década de 1980, o governo estadual continuou com a política, criando melhores condições dos meios de transportes, ampliando estratégicos eixos de ligação com o interior. Nesse período, houve duplicação de rodovias, como a Castelo Branco e a D.Pedro I, ligando a Anhanguera à Rodovia Presidente Dutra, além de extensões como a Washington Luiz e a Anhanguera. Esse direcionamento de investimentos na malha rodoviária ofereceu grande flexibilidade para as instalações industriais no interior.
- Outros setores importantes nesse processo de interiorização foram os investimentos em telecomunicações e energia. O governo federal fez investimentos no sistema de telefonia, sistemas DDD/DDI e telex, facilitando a comunicação entre os centros financeiros e produtivos industriais. O governo estadual, utilizando recursos internacionais, contribuiu com investimentos na geração e distribuição de energia.

A crise da década de 1980 atingiu seriamente as companhias hidrelétricas estaduais e o setor de telecomunicações federais. Os investimentos em empresas estatais foram suspensos, com o objetivo de ajustar as contas públicas, adicionando-se a esse fato a recessão. A situação econômica agravou-se provocando a deteriorização dos serviços de comunicação intermunicipais em São Paulo, ampliando para os anos 1990 sérios problemas na produção e distribuição de energia elétrica e, conseqüentemente, para a indústria do Estado.

Nesse período, houve a criação de um novo “Programa de Desenvolvimento para São Paulo” – 1989 –, em que a ênfase especial era para o programa de interiorização da indústria, processo em que o governo estadual destinava metade dos recursos tributários provindos da quota de IPVA, oferecendo financiamentos com prazos, carência e taxas de juros diferenciados, de acordo com a localização do projeto. Paralelamente, os municípios do interior paulista desenvolveram diversas e criativas formas para a atração de indústrias, como: doação de terrenos, isenção de impostos/taxas e a criação de distritos industriais; dessa forma, os governos municipais assumiram a tarefa de promover a atração de investimentos em seus municípios.

2.7.5 Ações do Governo e a Dinâmica da Economia

Para Azzoni (1986), em decorrência das políticas de interiorização promovidas pelos Governos, formou-se o que se pode chamar de “fatores de expulsão”, decisões que, devidamente combinadas com os “fatores de atração”, resultam em decisões de escolha locacional para as novas instalações de atividades produtivas, que são importantes para promover a acumulação de capital e do

trabalho. Esse processo foi seqüencial e parece ter determinado as fases de desenvolvimento:

- Inicialmente, surgem as indústrias de bens de consumo não duráveis com localização dispersa, em regiões com atividades agrícolas e mercantis.
- Na fase seguinte, com localização concentrada, surgem ramos industriais mais complexos e o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo duráveis.
- Na finalização do processo, encontra-se intensa concentração urbana. Desenvolvem-se as “economias de aglomeração” para suprir novas necessidades geradas pelo processo, e, paralelamente, as indústrias de apoio tendem a concentrar-se em relação às indústrias principais.

A interpretação do fenômeno da urbanização coincide com os conceitos micro-econômicos de “eficiência”, “economias de escala” e “economias aglomeradas” (SINGER, 2002). Esses elementos, direta ou indiretamente, teriam importante papel na determinação dos preços relativos, condicionando, em última instância, a distribuição espacial dos recursos disponíveis em uma cidade, região, país ou entre países. Assim, em um mecanismo de concorrência espacial, resultariam em uma redução dos custos de produção nos grandes centros urbanos, ampliando as áreas de mercado de seus respectivos produtos.

A década de 1970 evidencia-se como o ponto máximo de aumento da produção e concentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (74,7%). Devido a inúmeros problemas com a superpopulação urbana, ocorre, nos anos subseqüentes, o processo de redução dessa concentração espacial. Inicia-se o

fenômeno de “reversão da polarização”, descrita por Azzoni (1986), como o mecanismo de ajuste espontâneo de mercado, ponto em que as deseconomias de aglomeração superam as vantagens aglomerativas.

Uma análise paralela designa o processo de descentralização como um fenômeno de “transbordamento metropolitano”. Nessa interpretação, a descentralização industrial não resulta da perda do poder de atração dos grandes centros urbanos, mas da maior flexibilidade locacional, resultante da extensão territorial deste poder, reservando novos papéis para cada unidade espacial. A flexibilidade locacional pode distanciar-se do centro de decisão, da gestão administrativa/financeira e da prestação de serviços.

Além das análises estritamente econômicas, o movimento de interiorização da indústria no Estado de São Paulo teve significativa intensidade provocada pela necessidade de expansão da produção de unidades industriais já instaladas na Região Metropolitana. Como fatores de atração que reforçam esse movimento, destacam-se os preços baixos dos terrenos nos municípios do interior, adicionado aos volumosos investimentos alocados pelo Governo Federal em áreas prioritárias do Estado. As cidades de Campinas, São José dos Campos, Cubatão e Sorocaba receberam o impacto inicial do processo de expansão de indústrias que buscavam novas regiões capazes de oferecer melhores condições de desenvolvimento do que a congestionada região metropolitana de São Paulo.

Analisando essa questão, o papel do Estado atuou como um fator político de expulsão. No início da década de 1970, o Governo Federal fez utilização de diversos organismos e instrumentos institucionais, restringindo a expansão industrial da

região metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo em que procurava induzir novos investimentos do setor produtivo estatal ou privado para o resto do país.

Em nível de Governo Estadual, foram institucionalizados alguns instrumentos que se tornaram eficazes no controle da expansão industrial metropolitana, tais como, a Consulti e a Emplasa, legislação de localização industrial e de proteção de mananciais.

2.7.6 Fatores Governamentais

Paralelamente aos chamados “custos de aglomeração”, o progressivo fortalecimento da atividade sindical no ABC e o problema ambiental na capital contribuíram para desestimular a continuidade da concentração das indústrias na região metropolitana de São Paulo. Havia uma tendência direcionada para o interior, com muitos aspectos positivos (AZZONI, 1986).

O conjunto de fatores descritos favoreceu diversos segmentos industriais para procurarem estabelecer suas unidades nas cidades de potencial industrial, com localizações adequadas do interior do Estado de São Paulo. Além dos pólos mais dinâmicos, como as regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Jundiaí, São Carlos, Piracicaba, Ribeirão Preto e Sorocaba, outras cidades, de localização mais distante da capital, também se tornaram atrativas, como Amparo, Indaiatuba, Rio Claro, Americana, Araraquara, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Pindamonhangaba, Salto, Itu e Botucatu. Todas aumentaram sua participação na formação do VTI do Estado de São Paulo na década de 1970, sendo que as regiões que obtiveram mais atratividade foram Sorocaba, Vale do Paraíba e Campinas.

O estudo de Pires (1992) aponta vários fatores explicativos, que podem, ao mesmo tempo, justificar a expulsão industrial da região metropolitana de São Paulo, quanto explicar os fatores de atração de localização das atividades industriais no processo de industrialização interiorizada.

Para tanto, destacam-se os seguintes aspectos desse dinamismo industrial:

- Rede urbana moderna e adequada para o atendimento ao setor terciário, principalmente nas áreas de saúde, saneamento básico, educação, transporte e habitação.
- Decisiva política adotada por diversos governos estaduais, proporcionando elevados investimentos em infra-estrutura (estradas de rodagem, geração e distribuição de energia e telecomunicações por parte do governo federal).
- Presença marcante do Estado no setor produtivo, efeitos de estímulos e de encadeamento técnico gerados pela instalação das refinarias de petróleo da Petrobrás em Paulínia e São José dos Campos, pela consolidação do pólo petroquímico em Cubatão, com a participação acentuada da Petrobrás e pela expansão constante da Cosipa no setor siderúrgico.
- Criação do pró-álcool na segunda metade da década de 1970, gerando fortes encadeamentos com a indústria de bens de capital, que se consolidou próximo às áreas de produção de álcool.
- Os investimentos do Governo Federal em institutos de pesquisas e centros tecnológicos nas áreas de informática, microeletrônica e telecomunicações na região de Campinas, os quais estimularam a instalação de unidades industriais e a implantação do complexo aeronáutico para fins civil e militar e

material bélico no Vale do Paraíba Paulista, também apoiado pelo governo federal.

- A malha rodoviária, setor fundamental, recebeu esforços através das políticas espaciais adotadas por diversos governos estaduais, influenciaram fortemente esse processo, tornaram a distância entre metrópole e interior menos representativa, rodovias, como a Castelo Branco e a Bandeirantes, foram viabilizadas com esses recursos, também outras receberam recuperação e criação de terceiras faixas, como a Anhanguera e a Washington Luiz, dando a elas maior capacidade de fluxos produtivos e segurança.

E, como último fator, destacam-se as políticas municipais no processo de força de atração, que se favoreceram, por meio de benefícios, como a doação de terrenos, isenções de taxas e impostos municipais e a criação de distritos industriais.

Todos esses fatores fomentaram o reconhecido crescimento econômico da década de 1970, produzindo efeitos e transformações nas estruturas produtivas. O setor que recebeu fortes reflexos, nesse período, foi o setor terciário, “setor de serviços”, para o qual um ritmo acelerado de mudanças foi necessário. Houve uma diversificação, especialização e expansão dos serviços com uma proporção significativa. Na década em questão, registrou-se um aumento significativo na participação do interior na formação do Valor de Transformação Industrial (VTI), 1970 - 25,3%; 1975 – 30,6% e 1980 – 37,1%. Na década de 1980, devido a uma alteração demográfica e modernizações setoriais, o setor terciário recebeu uma forte demanda pelos serviços de crédito e capitalização, logística, comunicações e um diversificado conjunto de serviços pessoais sofisticados.

2.8 O Setor de Serviços

A atividade de comércio de bens e serviços possui grande representatividade para a economia. O setor de serviços, responsável pela maior parcela do PIB mundial, afirmativa de Corrêa e Caon (2002), também representa a parcela mais dinâmica da economia por ser responsável por uma crescente taxa de participação no número de empregos que são maiores, comparados com outros setores da economia. Fortalecendo-se nos espaços econômicos e assegurando um desenvolvimento notável, sua capacidade de gerar riquezas, empregos e salários as torna respeitáveis. (VIEIRA E.; VIERIA M., 2003).

Em seu artigo, Blumenschein (2004) enfatiza a expressiva participação do setor de serviços na economia de muitos países e sua relevante participação no PIB. Em países com alto grau de desenvolvimento, essa participação pode ultrapassar os 80% (EUA). No Brasil o crescimento dessa participação é uma realidade. O setor de serviços, nos anos 70, participava com 45%, na década de 80 com 51% e, na década de 90 com 59%. A justificativa para esse crescimento mencionada nesse artigo é a referência aos ganhos de produtividade evidenciada no setor industrial. Tais ganhos de produtividade permitem queda nos preços reais dos produtos industrializados e agrícolas, causando diminuição relativa de custos.

Outra explicação seria relacionada com a elasticidade-renda, a mobilidade dessa variável permite que os aumentos da renda sejam alocados diferentemente entre os bens e serviços consumidos por esse indivíduo. Se for maior a elasticidade-renda de certo grupo de bens, a parcela da renda destinada para o consumo também se elevará. Para o crescimento do setor de serviços, as empresas e seu comportamento são responsáveis por fatores importantes, como as mudanças

tecnológicas rotineiras que aceleram o processo produtivo, aquecendo a demanda pelos serviços especializados. O suporte adicional de serviços tem sido absorvido devido ao sistema de produção integrado; isso ocorre entre setores e em nível internacional.

Devido à sua significativa importância, administradores de toda ordem estão sempre analisando suas causas e efeitos. Segundo Corrêa e Caon (2002), alguns fatores são básicos:

- Com a urbanização, emergem serviços de extrema necessidade, como transporte urbano e segurança.
- Mudança demográfica faz alterações populacionais significativas, criando demanda para educação, saúde e entretenimento.
- Mudanças socioeconômicas e, como exemplo, pode-se citar a participação da mulher no mercado de trabalho, surgiram necessidades de serviços domésticos, creches, transporte escolar e, outros.
- Maior sofisticação dos consumidores produz necessidades, como acompanhamento psicológico, personal trainers, personal style, dentre outros.
- Mudanças tecnológicas provocam um aumento na qualidade dos serviços e, a criação de outros. Exemplos, tais como: os bancos eletrônicos, Internet, compras de passagens aéreas, compras de ingressos para teatro e shows, entre muitos outros serviços oferecidos com facilidade no atual mundo virtual.

Tabela 3: Percentual dos empregos em serviços

País	1980	1987	1993	1999
EUA	67,1	71,0	74,3	80,4
Canadá	67,2	70,8	74,8	73,9
Japão	54,5	58,1	59,9	72,4
França	56,9	63,6	66,4	70,8
Israel	63,3	66,0	68,0	70,7
Itália	48,7	57,7	60,2	61,1
China	13,1	17,8	21,2	26,4

Fonte: UNITED NATIONS, 1999 – Statistical Yearbook, NY, 1999.

As atividades de prestação de serviços também são representativa evolução tecnológica no apoio a outras atividades, como a industrial. Pode representar um importante diferencial competitivo, oferecendo serviços paralelos e de grande valia, como na oferta de financiamentos, elaboração de projetos, distribuição e assistência técnica ao cliente, valorizando o produto central e oferecendo ao cliente maior suporte no pós-venda, o que seria um diferencial frente ao seu concorrente.

O suporte às atividades de manufatura constitui outra importante função da prestação de serviços. A manutenção de máquinas e equipamentos pode ser decisiva na produção em escala para a competitividade. Também, a disponibilidade dos equipamentos é de fundamental importância e a boa qualidade desses serviços pode representar um grande impacto no resultado das operações da empresa e seus reflexos no mercado diante de suas concorrentes.

2.9 Abrangência do Setor de Serviços no Brasil

Da mesma forma que no mercado global, as estatísticas apontam para um crescimento de ocupações de mão-de-obra pelas atividades do setor de serviços. Aqui, no Brasil, pode-se apurar percentuais crescentes nas últimas décadas; cerca de 60% da população economicamente ativa dedicam-se às atividades de serviços, ressaltando-se que a atividade de comércio está inclusa - classificação do IBGE - como parte do setor de serviços, assim como transportes, comunicação, instituições financeiras, administração pública e aluguéis. Ainda, o IBGE classifica como industrial, as atividades de extração mineral, transformação, construção e serviços industriais de utilidade pública. Continuando, segundo as estatísticas do IBGE (2006), esses números de serviços podem ser maiores, pois algumas indústrias possuem grande parte de sua receita gerada por serviços de manutenção ou suporte. Como, por exemplo, a Atlas-Schindler que atinge 50% de suas receitas na manutenção de elevadores já instalados, atividades claramente denominadas como serviços.

Para atingir seus objetivos, as empresas se reestruturam, criando serviços intra-empresa. A preocupação com seus funcionários é uma estratégia de melhoria, o recrutamento está cada vez mais especializado, com análises das necessidades para as exigências de aptidões para ocupar determinados cargos, identificação de requisitos e competências e treinamento de novos funcionários nas atividades do cargo.

Igualmente importante na geração de emprego, é o marketing. Esse setor, cada vez mais solicitado, vende para os clientes a competência da empresa e

populariza seus produtos, executando serviços que vão gerar novas necessidades a seus consumidores.

Nessa análise, o conceito de serviços se constitui um universo sempre mutante, criando necessidades e suprindo-as. A oferta e demanda se alteram de acordo com as características locais, administração pública, política econômica e, quaisquer outras variáveis econômicas que atuem sobre determinado cenário.

2.10 O Setor de Comércio e Serviços em São José dos Campos

Regato e Assaz (1994) descrevem a história do comércio no município de São José dos Campos. Assim, relatam que o início das atividades comerciais ocorreu no século 17, suas primeiras transações comerciais ocorriam às margens do rio Paraíba, parte da mercadoria chegava de barco de toda a região e, também, os tropeiros comercializavam seus produtos com os fazendeiros. Por volta de 1699, começou a ser fabricado, pelos moradores da então aldeia, chapéus de feltro, vendidos em São Paulo e em Minas Gerais.

O comércio do município era restrito a compra e venda de animais, e, produtos da lavoura, seu principal produto era o algodão, paralelamente, produzia-se grãos como: feijão, arroz, milho e trigo.

Durante o ciclo do café, o município de São José dos Campos foi transformado em um grande entreposto da produção cafeeira de todo o Vale do Paraíba e Litoral, o café era beneficiado, vendido e enviado para o Porto de Santos, por via férrea, e exportado.

O setor atacadista do comércio no município teve início, no bairro de Santana, não por acaso, mas sim, por se tratar da rota natural de todas as tropas para o sul de Minas Gerais. Nessa fase, o bairro de Santana atingiu alto nível de crescimento, maior que a região central da cidade.

O mercado municipal, inaugurado em 1923, passou a possuir a maior movimentação comercial da época, além de suas atividades comerciais, o mercado abrigava os visitantes que, vinham para assistir as festas religiosas e tradicionais da cidade. Hoje, o mercado está reformado e tombado como patrimônio histórico, porém continua com suas funções comerciais.

A fase seguinte está relacionada com a fase sanatorial (REGATO; ASSAZ, 1994). Com a criação dos sanatórios, em 1938 pelo decreto nº 7.007, o comércio recebeu um novo impulso em função da demanda, instala-se nesse período muitas farmácias e pensões. Os tuberculosos, doentes de famílias ricas de São Paulo e Rio de Janeiro, se transformaram em uma freguesia elitizada, gerou um comércio específico de produtos como: bebidas, discos, relógios importados, dentre outros.

Uma importante influência para o comércio do município foi à colônia sírio-libanesa, tradicionais com suas lojas de armarinhos, tecidos e roupas, na época, a rua Siqueira Campos se tornou o centro comercial mais importante do município de São José dos Campos.

O comércio do município, também foi beneficiado com a Rodovia Presidente Dutra, encurtou a distância entre o município e São Paulo, fato que facilitou as compras dos comerciantes que, antes, enfrentava um longo caminho que passava por Jacareí e Mogi das Cruzes.

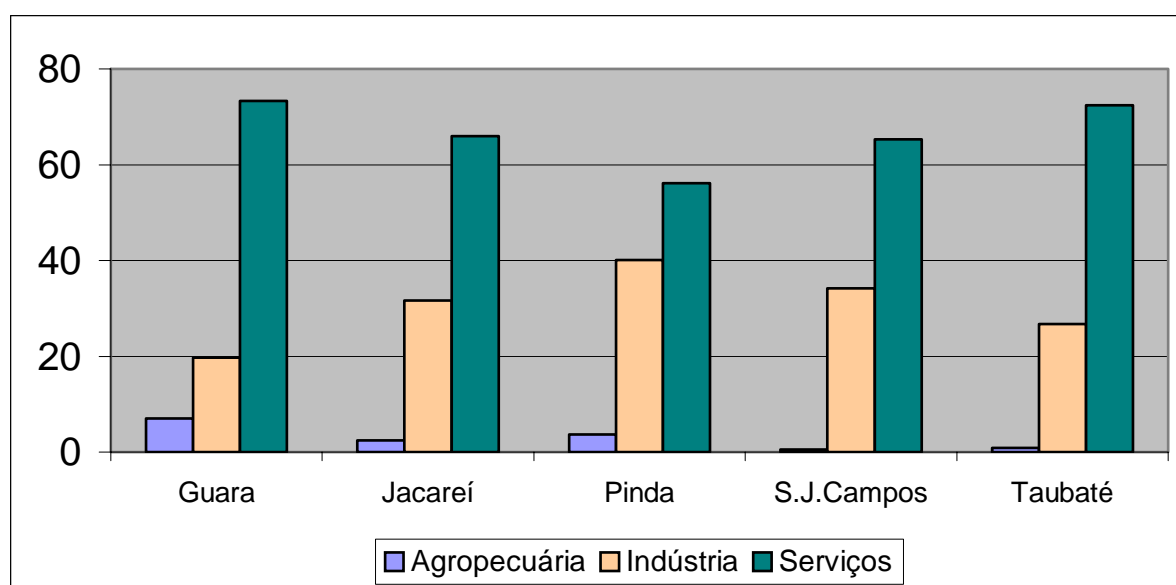
Na década de 1970, o comércio aproveitou a expansão industrial e, cresceram juntos. O então prefeito Sergio Sobral de Oliveira criou uma campanha “Compre Aqui”, as medidas visavam fomentar o comércio local que estava dissipando para São Paulo e Rio de Janeiro, os esforços incluía até um *slogan*: “O nosso progresso depende de você, compre tudo em São José dos Campos”.

Em maio de 1978, foi inaugurado o *Shopping Center* São José, localizado na região central da cidade, com capacidade para 81 lojas e estacionamento para 200 veículos, representava a maior atração comercial da época. Na continuidade, a década de 1980, marcou pela chegada de mais um *shopping* e grandes redes de supermercados. O potencial de consumo do Vale do Paraíba, na época, era superior a 13 estados brasileiros, o *CenterVale Shopping* foi inaugurado em 28 de maio de 1987, sua capacidade era de 200 lojas e 1.700 vagas de estacionamento, juntamente com lojas-âncora como: Mesbla, Muricy, C&A, *Mc Donald's* e Lojas Americanas, Churrascaria e, um ano depois, às instalações da TV Globo (REGATO; ASSAZ, 1994).

Na atualidade, pode-se notar que, paralelamente ao comércio de bens, desenvolveu-se o comércio de serviços, é oportuno salientar que, em São José dos Campos, os empregos ocupados pelo comércio, serviços e construção civil somam 65,27%, Indústria soma 34,16% e agropecuária 0,57% (SEADE, 2003). É, igualmente representativo, o crescente ingresso de empresas do ramo de hotelaria e alimentação para atuar no município. São cadeias reconhecidas internacionalmente, assim, mais produtos são gerados, porque o mercado se torna cada vez mais competitivo, exigindo uma contínua capacitação para o desenvolvimento de novas técnicas em suas operações.

Na seqüência, o Gráfico 1 será editado com dados de São José dos Campos e região, representado pelas cidades de Guaratinguetá, com um percentual de participação em empregos ocupados na agropecuária de 7%, indústria – 19,73% e serviços - 73,27%; Jacareí, agropecuária – 2,49%, indústria – 31,60% e serviços 65,91%; Pindamonhangaba, agropecuária – 3,72%, indústria – 40,14% e serviços 56,14; e Taubaté, agropecuária - 3,72%, indústria – 40,14% e serviços – 56,14% (no item serviços estão inclusos: construção civil, comércio e outros serviços).

Gráfico 1: Participação dos Empregos Ocupados na Região



Fonte: SEADE ,2003 – valores em (%)

O Gráfico 1 está representado pelas cidades da região do Vale do Paraíba Paulista, que constituem variáveis de estudo nesta pesquisa. A seqüência de cidades não se caracteriza por nenhum grau de importância; elas estão distribuídas pela ordem alfabética de nomes.

Em São José dos Campos, uma parcela importante na dinâmica de vendas de bens e serviços está associada à política de suprimentos e estratégia de mercado

praticada pela empresa âncora (BERNARDES; PINHO, 2002). Essas empresas, embora já detenham um *portfólio* mais abrangente, continuam dependentes dos movimentos econômicos gerados pelo dinamismo dessas empresas.

O *portfólio* das MPMEs, especializadas na geração de serviços de alta tecnologia, está apoiado nos seguintes clientes: Embraer, Walter Kidde Aerospace Ind, Latecoere, Sonaca, Líder Táxi Aéreo S/A, Motores Rolls-Royce Ltda, Rio Sul, Gamesa, Exército Argentino, Daimler-Benz Aerospace, INPE, FAB, VASP e FAC – Força Aérea do Chile (BERNARDES, PINHO, 2002). Essa fase de dinamismo econômico foi devido ao desenvolvimento de novos projetos no setor aeroespacial com a NASA, o qual está coordenado pela Embraer e INPE.

Contudo, também será necessário, um plano de desenvolvimento aplicado pelo governo municipal, complementando o favorecimento ao crescimento. “O aumento da expansão da oferta de bens e serviços diminui o desemprego [...]” (ZULIETTI, 2004, p.103). Esses fatores parecem estar presentes em diversos períodos da história de São José dos Campos, momentos em que decisões estratégicas foram tomadas com sabedoria. Um dos produtos mais importantes do município são as aeronaves, fabricadas pela Embraer. Estão presentes nos cinco continentes e constituem grande representatividade nas exportações brasileiras.

3. MÉTODO

3.1 Definições da Pesquisa

Esta pesquisa baseia-se nas definições de Vergara (2005), possui características explicativas quanto aos fins, pois tem como objetivo principal tornar compreensíveis fatores que, de alguma forma, contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno. Neste trabalho, está representado pela interiorização das indústrias e o desenvolvimento das atividades do comércio de bens e serviços.

Quanto aos meios de investigação, classifica-se como documental. A realização do levantamento de dados ocorre por intermédio de documentos oficiais, órgãos públicos e privados de qualquer natureza. Na seqüência, esta pesquisa também se caracteriza como “ex post facto”, pois se refere a fatos já ocorridos. A pesquisa resulta em um panorama histórico do município, com suas características industriais, movimentos populacionais, e evidencia o fortalecimento das atividades de apoio, ou seja, um levantamento do processo industrial com a ampliação do setor de prestação de serviços e do comércio, fenômeno que trouxe benefícios para o município de São José dos Campos.

Com base nas definições de Leite (1978), pode-se atribuir a esta pesquisa características secundárias, pois os dados foram coletados por meio de consulta às estatísticas, publicações de órgãos governamentais, entidades de classes e organizações privadas. Outras fontes de informações foram os trabalhos acadêmicos, como artigos e teses, estudos com conteúdos relevantes relacionados ao município de São José dos Campos.

Os dados foram requisitados nos seguintes órgãos:

- a) Pesquisa documental nos arquivos da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, Secretaria de Planejamento Urbano – SPU -, e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, localizados no Paço Municipal. Local de consulta em pesquisas realizadas pela Secretaria sobre o crescimento industrial; obtenção de CD ROOM denominado “São José em Dados”, “Porque Investir em São José dos Campos” e “Cadastro de Indústrias de São José dos Campos”, na Secretaria de Formalizações e Atos, foram consultadas as leis municipais.
- b) A PMSJC também possui um *site*: www.sjc.sp.gov.br, que se pôde acessar diversos assuntos relacionados com o município.
- c) No SEBRAE, foi possível obter dados sobre o potencial econômico de São José dos Campos. Em documentos de utilização interna, uma classificação da população, por classe salarial e domicílios, foi disponibilizada, permitindo a visualização da situação financeira dos domicílios em São José dos Campos.
- d) Consulta ao *site* do IBGE tornou possível a obtenção de dados estatísticos relacionais com a população.
- e) Consulta ao *site* do SEADE pode oferecer dados relacionados com as atividades da indústria, comércio e serviços.
- f) Pesquisa bibliográfica, realizada por intermédio da Internet, em publicações como artigos e trabalhos acadêmicos, que pode agregar dados e valores à pesquisa.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos seguem as etapas descritas por Libault (1971). Seus pressupostos teóricos possuem um caráter bastante abrangente e, podem ser utilizados como base central, assim, aplicável à pesquisa científica de caráter sócio-econômico. As etapas descritas pelo autor sugerem quatro níveis de análise:

1. **Compilar:** nessa fase, executou-se a pesquisa junto às fontes disponíveis, fez parte dessa fase a seleção dos dados sobre as variáveis e o dinamismo que ocorreram, tais como, evolução populacional, número de indústrias, ampliação do setor de serviços e comércio. Essa etapa mostrou-se importante, e, por se tratar dos levantamentos de campo básicos, houve a preocupação com a veracidade: os documentos deveriam ter procedência oficial. Para facilitar a fase subsequente, adotou-se a coleta de dados de forma organizada cronologicamente, podendo evidenciar a evolução dos dados.
2. **Correlatar:** essa é a fase destinada ao desenvolvimento das atividades de inter-relações técnico-científicas dos dados pesquisados durante o compilamento de dados básicos. Para melhor organização, uma síntese dos dados que representam a pesquisa foi transformada em Tabelas e Gráficos. Dessa forma, a visualização dos dados para comparações e análises era possibilitada. Nesse processo de correlação, pode-se obter um cruzamento de dados, que torna possível o diagnóstico do material pesquisado.

3. **Semântica:** fase de interpretação, o estudo das mudanças ocorridas, no espaço e no tempo refletido pelo significado dos dados, resulta na consolidação de um diagnóstico, baseando-se na correlação (fase anterior), evidencia-se a evolução das variáveis tratadas. Assim, permite traçar um panorama econômico do período pesquisado.
4. **Normatizar:** nesse nível, a referência do autor se dá em termos de estabelecer normas gerais, formalização de objetivos e a questão estratégica para o contínuo desenvolvimento. No caso desta pesquisa, a normatização utiliza-se da semântica para traçar as diretrizes para o futuro e a manutenção do desenvolvimento sustentável.

Seguindo as orientações de Libault (1971), os dados foram organizados e estruturados de forma a facilitar a análise e apoiar a interpretação. Utilizou-se Tabelas, na compilação dos dados, e, Gráficos para representar e destacar alterações no comportamento das variáveis tratadas nesta pesquisa. Normalmente, o objetivo dessas apresentações é explicar, de forma confiável, particularidades de uma ou mais variáveis determinando um fenômeno que ocorreu ou está ocorrendo em uma amostra.

A partir dessa etapa, uma inferência sobre o fenômeno será apresentada por intermédio das informações fornecidas. Esse raciocínio utilizará estimativa de parâmetros e o tipo de relacionamento entre o fenômeno em pesquisa e suas determinantes, em referência ao tratamento dos dados. Os métodos estatísticos utilizados são apenas para pequenas comparações básicas.

3.2.1 Investigação dos Setores para São José dos Campos

Para uma investigação da contribuição de cada segmento de mercado para o município de São José dos Campos, organizou-se os setores e a disponibilidade de dados. A concentração da investigação foi para os setores da indústria, o comércio de bens e a prestação de serviços, como segue:

- Setor 1. Indústria
- Setor 2. Comércio
- Setor 3. Serviços

A contribuição dos devidos segmentos de mercado está apoiada nos dados disponíveis pelo SEADE, dos anos 1995 e 2003. Como medida da contribuição absoluta de um setor para o crescimento total, foi utilizado o número de empregos disponibilizados em cada setor, e, nos períodos 1 e 2. Dessa forma, cada setor pode expressar seu crescimento, não importando sua representatividade, pois ele foi considerado proporcionalmente à sua participação no mercado.

A Tabela 4 mostra como foi programado o tratamento das informações. Uma coluna com dados relativos ao período 1, e, outra com os dados disponíveis recentes – período 2, variação absoluta, proporção da variação setorial e crescimento relativo setorial.

- A variação absoluta é a diferença setorial do período 1 e 2, expressa em números.
- A proporção da variação setorial representa em percentuais, a participação de cada setor no período 2.

- O crescimento relativo setorial mostra em percentuais, a variação comportamental de cada setor, entre o período 1 e 2.

Tabela 4: Método de Análise de Dados

Setor	Período 1 (A)	Período 2 (B)	Varição Absoluta (C)	Proporção Varição Setorial (D)	Crescimento Relativo Setorial (E)
Indústria	A1	B1	$C1=B1-A1$	$D1=B1/B4$	$E1=C1/A1$
Comércio	A2	B2	$C2=B2-A2$	$D2=B2/B4$	$E2=C2/A2$
Serviços	A3	B3	$C3=B3-A3$	$D3=B3/B4$	$E3=C3/A3$
Total	A4 (A1+...A3)	B4 (B1+...B3)	$C4=B4-A4$	$D4=B4/B4$	$E4=C4/A4$

Fonte: Adaptação: (BARROS; MENDONÇA, 1997).

Sendo:

A = Número de Empregos no Período 1;

B = Número de Empregos no Período 2;

C = Diferença entre o período 1 e 2;

D = Representatividade em percentual (%) no período 2;

E = Representatividade do crescimento/decrécimo dos setores – em percentuais.

3.2.2 Análise pelo Quociente de Diferenciação

O quociente de diferenciação é um índice que compara duas estruturas entre si, no caso deste estudo, cada município, em relação à média dos municípios selecionados (KON, 1995 *apud* SILVA, 2005).

Para o cálculo, temos:

$$Q_{dij} = \frac{X_{ij} / X_j (100)}{X_i / X (100)}, \text{ onde:}$$

X_{ij} = nº de estabelecimentos, nº de empregos ocupados da atividade e valor adicionado da atividade para cada município

X_j = nº total de estabelecimentos, nº total de empregos ocupados nas atividades e valor adicionado total de cada município

X_i = nº total de estabelecimentos da atividade, nº total de empregos ocupados e valor adicionado na atividade

X = nº total de estabelecimento e, nº total de empregos ocupados e total do valor adicionado - atividades e municípios.

Quando $Q_{dij} > 1$; corresponde a uma maior representatividade à atividade, ou seja, a atividade que possuir índice igual a um, ela possui a média da atividade no município, e, se ultrapassar, ela possui a média mais o percentual ultrapassado para a atividade.

Para fins de comparação regional, os QD's serão calculados em dois períodos, 1995 e 2003, dos três setores - Indústria, Comércio e Serviços -, e utiliza os municípios de Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, São José Campos e Taubaté.

4. RESULTADOS

4.1 Evolução das Indústrias e a Dinâmica Populacional

Por intermédio da pesquisa realizada pela PMSJC (2003), pode-se analisar a evolução das indústrias e a dinâmica populacional ocorrida. Verificou-se que a década de 1970 foi representativa em implantação de unidades industriais em São José dos Campos, que até então, era sede de um pequeno centro industrial. Sua principal base econômica era a pecuária leiteira de pequenas unidades produtoras.

A industrialização não ocorreu de forma distribuída. As regiões que estavam localizadas em um raio de 100 Km de distância da capital, Campinas, Sorocaba, Santos e São José dos Campos, foram privilegiadas. Nesse contexto, o município apresentava uma localização favorável para a formação de um *cluster* industrial.

Dois fatores foram fundamentais para sua expansão:

1. Possui uma posição geográfica estratégica: localizada entre São Paulo e Rio de Janeiro, às margens da Rodovia Presidente Dutra; fator de atratividade para a instalação das indústrias.
2. Um outro fator de forte impacto refere-se à instalação do Centro de Tecnologia da Aeronáutica (CTA), adicionando-se a esse fato a transferência do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do Rio de Janeiro para São José dos Campos, e a instalação do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), um complexo direcionado para a formação de mão-de-obra especializada e a geração de tecnologia.

O panorama da cidade, em termos de infra-estrutura urbano-industrial e proximidade física do mercado de trabalho e de serviços em relação à capital, era satisfatório. Os incentivos municipais e as facilidades fiscais tornaram-se fortes argumentos para a tomada de decisão locacional das grandes empresas. Na Tabela 5, pode-se visualizar a evolução das indústrias e o respectivo crescimento no número de habitantes, no período de 1950-2004. Assim, considerando os números obtidos, entre 1970-2004 houve um crescimento de 221,13% no número de indústrias; e de 297,12% no número de habitantes.

Tabela 5 : Dinâmica Industrial e Populacional

Anos	Nº de Indústrias(*)	Nº de Habitantes(**)
1950	65	44.804
1960	72	77.533
1970	284	148.332
1980	389	287.513
1990	628	442.378
2000	811	538.909
2004	912	589.050

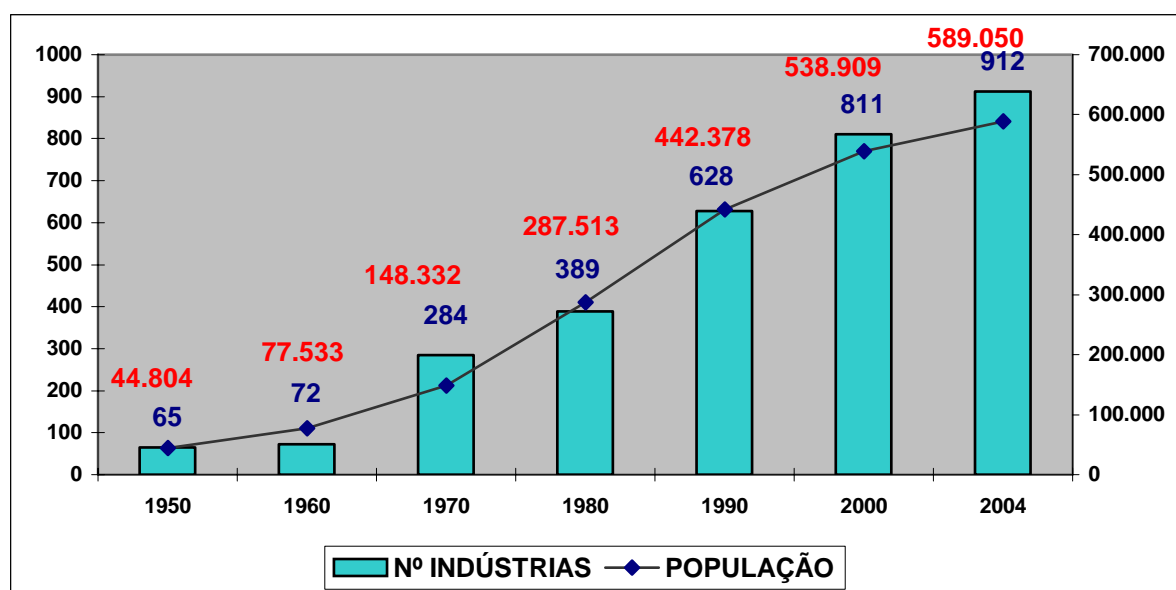
Fonte: (*) PMSJC, 2004.

(**) IBGE, 2006 (Ano de 2004 - Estimativa).

De acordo com o resultado do levantamento de dados sobre número de indústrias e dinâmica populacional, pode-se notar uma significativa alteração urbana do município, à medida que as indústrias foram se instalando, simultaneamente foi ocorrendo uma atração populacional. O aumento da oferta de postos de trabalho foi um fator importante que promoveu essa migração.

A representação do Gráfico 2 mostra, com clareza, essa dinâmica populacional e o crescimento do número de indústrias.

Gráfico 2 : Evolução Industrial e Populacional



Fonte: Indústria: PMSJC, 2004 / População: IBGE, 2006.

Na análise, verifica-se que no período de 1960-1970 o crescimento industrial foi de 294,44%, maior que o crescimento populacional: 91,31%. Nas décadas de 1980 e 1990, houve equilíbrio e, novamente, na década de 2000, retorna um crescimento maior do número de indústrias instaladas. De 1990 para 2000, registra-se um aumento populacional de 21,84%, enquanto no número de indústrias o aumento foi de 29,14%. Já, nos quatro anos finais, a população aumentou 9,29% e o número de indústrias cresceu 12,45%.

A industrialização em São José dos Campos é resultado de fases diferenciadas (PMSJC, 1972-1996). Segundo dados registrados na Secretaria de Planejamento Urbano, em 1925, a Câmara Municipal, por lei, ofereceu isenção de impostos por 25 anos e, também, a concessão de área para que indústrias se

fixassem no município. Nessa fase, os ramos de atividades de interesse do município eram a indústria têxtil, a de cerâmica e, devido à grande produção leiteira, desenvolveu-se a indústria alimentícia. Essas indústrias se instalaram na década de 40, caracterizando a primeira fase de diversificação da estrutura industrial.

A partir da década de 1950, com a chegada da Rodovia Presidente Dutra, novas indústrias foram incrementando a produção: equipamentos eletrônicos, materiais fotográficos, produtos químicos, farmacêuticos, calçados, máquinas fabris, combustíveis, carros bélicos, aviões, foguetes espaciais e satélites. A população de São José dos Campos, em 1950, somava 44.804 mil habitantes (IBGE, 2006), e, nesse ano, encontravam-se instaladas 65 indústrias no município.

Em 1960, houve um aumento de 10,77% em relação à década anterior. O parque industrial joseense já se apresentava dinâmico, devido à sua proximidade da capital e à sua área territorial disponível.

Contudo, o seu grande avanço industrial ocorreu na década de 1970. O município assistiu a um aumento de 294,44% no número de indústrias, passando de 72 em 1960, para 284 em 1970 (PMSJC, 1972-1996), período em que o município recebeu indústrias com grande variedade de ramos de atividade; dando início à formação de uma nova geografia econômica e, consolidar o *cluster* industrial.

4.2 Formação do *Cluster* Industrial

De acordo com documentos pesquisados na Secretaria de Planejamento da PMSJC (1972-1996), os ramos de atividades mais representativos no ano de 1973 (último ano dessa classificação) constituíam-se da seguinte forma:

Tabela 6: Classificação Industrial - 1973

Ramo de Atividade	Nº de Unidades	Pessoal Ocupado
1. Mecânicas e Mat. Elétrico	56	17.195
2. Alimentação	55	1.693
3. Constr. Civil e Mobiliário	39	201
4. Extrativas	36	140
5. Transportes e Cargas	14	708
6. Vestuário	6	1.693

Fonte: PMSJC, 1972/1996.

No período de 1974-1994, pode-se encontrar as indústrias na seguinte classificação:

Tabela 7: Classificação Industrial – 1974/1994

Ramo de Atividade	Indústrias Extrativas		Indústrias de Transformação	
	Unid.	P.Ocupado	Unid.	P.Ocupado
1974	11	96	251	36.420
1976	13	118	350	46.137
1978	14	136	333	43.785
1980	10	127	380	49.790
1982	12	143	432	52.379
1984	10	99	415	51.565
1986	13	140	527	59.038
1988	12	176	584	64.253
1990	13	172	615	61.360
1992	13	153	699	48.158
1994	08	118	704	39.950

Fonte: PMSJC, 1972/1996.

Tabela 8: Classificação Industrial – 2000 e 2004

RAMO DE ATIVIDADE		2000	P.Ocupado	2004	P.Ocupado
1	Extração de Minerais não-metálicos	6	109	3	72
2	Fabr. de Produtos Alimentícios e Bebidas	244	2.488	264	2.648
3	Fabr. de Produtos Têxteis	10	1.071	8	1.195
4	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	29	185	33	441
5	Preparação do Couro e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	6	72	1	7
6	Fabr. de Produtos de Madeira	63	389	23	289
7	Fabr. de Produtos de Papel, Celulose e Papelão	5	43	5	1.891
8	Edição: Impressão e Produção de Gravações	58	766	75	861
9	Fabr. de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustível Nuclear e Produção de Álcool	1	973	5	3.432
10	Fabr. de Produtos Químicos	34	3.749	40	3.165
11	Fabr. de Artigos de Borracha e Plásticos	26	1.268	26	961
12	Fabr. de Produtos de Minerais Não-Metálicos	72	493	58	317
13	Metalúrgica Básica	13	1.387	3	64
14	Fabr. de Produtos de Metal – exclusive Maquinas e Equipamentos	129	2.460	164	2.098
15	Fabr. de Máquinas e Equipamentos	42	1.996	45	1.355
16	Fabr. de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	2	109	1	3
17	Fabr. de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	13	819	21	1.233
18	Fabr. de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	23	7.921	15	2.737
19	Fabr. de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	5	114	8	338
20	Fabr. e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	14	9.963	20	12.645
21	Fabr. de Outros Equipamentos de Transporte	6	9.112	10	11.292
22	Fabr. de Móveis e Indústria Diversas	8	420	75	424
23	Reciclagem	2	51	9	326
	TOTAL	811	45.958	912	47.794

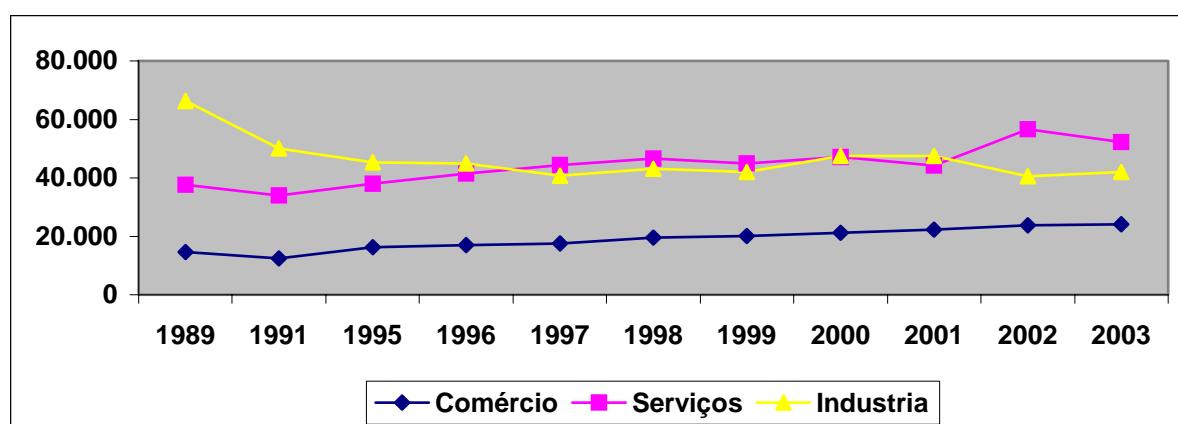
Fonte: PMSJC, 2004.

A partir de 1995, foi adotada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE -, elaborada pela FIBGE em 1994, que é a classificação de atividades econômicas, adotada na produção e disseminação de estatísticas econômicas, e, utilizada na organização de cadastros da Administração Pública do país. Foi implementada, em 1995, pelo Sistema Estatístico Nacional e órgãos de administração federal. Em 2002, foi efetuada uma revisão para ajustes e atualizações. Nos anos de 2000 e 2004, a pesquisa da PMSJC constatou que, no município, estavam instaladas 811 e 912 indústrias, respectivamente, distribuídas de acordo com a Tabela 8.

A expansão das indústrias, notadamente, também recebeu reforço e caracterizou-se pela formação das cadeias produtivas prospectivas e retrospectivas; ou seja, na década de 1980 e início de 1990, São José dos Campos tornou-se forte no ramo de prestação de serviços, principalmente porque, com as instalações das empresas de grande porte, surgiu a necessidade de uma diversificação dos serviços de apoio à indústria e à população crescente do município.

Gráfico 3: Panorama da Mão-de-Obra Ocupada

Setores: Indústria, Serviços e Comércio.

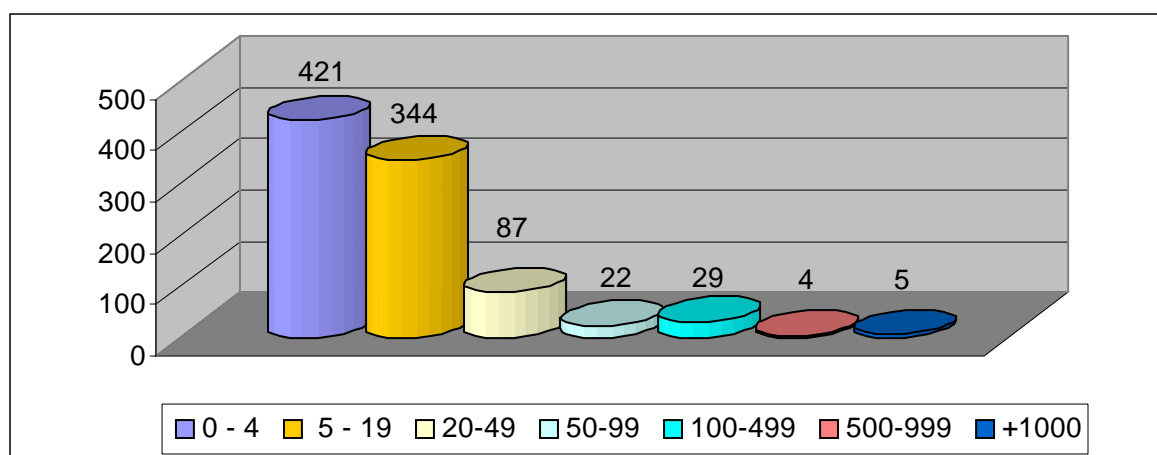


Fonte: SEADE, 1989-2003.

As indústrias de São José dos Campos e região do Vale do Paraíba Paulista, na década de 1990 (PMSJC, 2004), sofrem um processo muito importante de reestruturação diante do quadro de crise fiscal do Estado e da ausência dos investimentos privados. A retomada foi com bases firmes na modernização e automação, ou seja, a estratégia estava na produção eficiente e redução de custos, não excluindo a alta qualidade dos produtos.

Para suprir a demanda local, ocorre uma elevação no número de pequenas e micro empresas. Observando-se o Gráfico 4, pode-se visualizar uma grande concentração de indústrias com um número de 0 a 4 funcionários, característica de micro-empresa.

Gráfico 4: Distribuição das Indústrias por número de empregados - 2004



Fonte: PMSJC, 2004.

Verifica-se que, em 2004, das 912 indústrias, 874 possuíam até 99 empregados; portanto, 95,83% delas estavam na classificação de micro ou pequenas indústrias. Estas são representadas por prestadoras de serviços para as grandes empresas, satélites importantes na cadeia produtiva do município, pois

fomentam outra cadeia agregada à principal; a de prestação de serviços: construção civil, educação, saúde, transportes, entretenimento; e outras.

Para indústrias consideradas de médio e grande porte, somam-se 38 unidades com número igual ou maior que 100 indivíduos. Em percentual, o número de indústrias representa apenas 4,17%; entretanto, possui um elevado percentual de pessoal ocupado.

4.3 Cronologia das Instalações Industriais

Pode-se observar que o município de São José dos Campos evoluiu, juntamente com suas indústrias, no período de 1935 a 1950 (SILVA, 2001), os estabelecimentos industriais eram constituídos por atividades características da época, e totalizavam 96 unidades, como segue:

- Oficinas de consertos 07
- Olarias 10
- Fábricas de Móveis 02
- Carpintaria 05
- Serralheria 01
- Alfaiataria 11
- Construtores Civis 18
- Fábrica de Aguardente 01
- Selaria 01

• Ferrarias	04
• Fábrica de Louças	02
• Torragem e Moagem de Café	03
• Fábrica de Tecidos	01
• Fábrica de Ladrilhos	01
• Entrepasto de Beneficiamento de Leite	02
• Extração de Turfa	01
• Máquinas de Beneficiar Arroz	04
• Tinturarias	02
• Tipografias	03
• Oficinas Mecânicas	04
• Casa de Beneficamento de Laranja	02
• Fábrica de Papelão	01
• Fábrica de Artefatos de Cimento	01
• Fecularia	01
• Oficina de Costura	01
• Padarias	07

De acordo com registros de pesquisas na PMSJC (1972-1996), as primeiras indústrias que se instalaram no município, ocupando a faixa de 100 ou mais funcionários, no período anterior a 1970, foram:

- Tecelagem Parayba – 1925
- Cerâmica Weiss – 1942
- Rhodia - 1946
- Cooperativa de Laticínios de SJC – 1953
- Johnson & Johnson – 1953
- Eaton Corporation do Brasil – 1957
- Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil – 1957
- General Motors do Brasil – 1959
- São Paulo Alpargatas – 1960
- Tecnasa Metalmecânica – 1962
- Indústrias Matarazzo de Fibras Sintéticas – 1964

No final década de 1960 e início da década de 1970, o município teve aquisições importantes de indústrias que se tornaram de grande porte, e o início da formação do *cluster* industrial, o que gerou um ambiente adequado, que resultou na forte atração de indústrias formadoras da cadeia produtiva. Nesse período, indústrias importantes iniciaram suas atividades no município:

- Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica – 1969
- Aema – Artefatos Eletr. Mec. & Aeronáuticos – 1970
- Engesa – Engenharia Espacial – 1970
- Panasonic do Brasil – 1970
- Avibrás – Indústria Aeroespacial – 1971
- Jornal “O Valeparaibano” – 1971

- Kodak Brasileira Com. e Indústria – 1972
- Phillips do Brasil – 1973
- Ericsson do Brasil Com. e Indústria – 1974
- Indústrias Hitachi – 1974
- Macquay do Brasil – 1975
- Neles – Válvulas – 1975
- Indústrias Monsanto – 1975
- National Componentes Eletrônicos do Brasil – 1975
- Neu Aerodinâmica – 1976
- Servplan – 1976
- Elevadores Kone – 1978
- Petybon Indústrias Alimentícias – 1979

Para a década de 1980, uma grande aquisição intensificou o setor químico: a inauguração da REVAP no município. Nessa década, outras empresas importantes se instalaram:

- Amplimatic – Telecomunicações S/A – 1980
- REVAP – Refinaria Henrique Laje – 1980
- Composite Tecnologia Ind. e Com. Ltda – 1981
- Orion S/A – 1982
- Swissbrás – Ind. e Com Ltda – 1982
- Tectran – Tecnologia de Transportes – 1982
- EDE – Embraer Divisão de Equipamentos – 1984
- Tectelcom – 1985

- Bundy Tubing do Brasil Ind. e Com Ltda – 1986
- Mannesmann – Aços Finos – Fi-el Ltda – 1987
- EPEC S/A - 1990

4.4 O Setor de Serviços e a Absorção de Mão-de-Obra

O setor de serviços em São José dos Campos é o principal responsável pela geração de postos de trabalho. Embora seja invadida também pela informalidade, representada pelos desempregados de indústrias que alteraram seu processo produtivo, já que estar empregado, mesmo na informalidade, pode representar uma situação melhor do que o desemprego total (BARROS; MENDONÇA, 1997). As transformações produtivas afetaram o mercado de trabalho. Em consequência, ocorreu o surgimento de novos serviços por intermédio das MPMEs - micro, pequenas e médias empresas. O aumento populacional, associado ao *cluster* industrial, promoveu o aumento dos serviços pessoais e de comércio.

Com o desenvolvimento econômico do município e a formação de uma cadeia produtiva, pode-se observar que continua existindo uma grande predominância de pessoal ocupado na indústria. Mas é fato, que o ramo de prestação de serviços e comércio tem absorvido uma quantidade importante de pessoal. No ano de 1970, micros e médias apresentavam um distanciamento grande, 13,6% frente a 86,8% das grandes indústrias. Esses números se aproximam no ano 2000, micros e médias indústrias totalizam 35%, frente a grande indústria, com 65% de pessoal ocupado.

Tabela 9: Distribuição do Pessoal Ocupado por Porte Industrial.

	Micro (%)	Média (%)	Grande (%)
1970	5,8	7,8	86,8
1980	5,4	6,5	88,1
1990	9,2	8,9	81,9
2000	20,0	15,0	65,0

Fonte: PMSJC, 2004.

Pode-se verificar uma diversificação do pessoal ocupado, resultado de uma migração para outros setores, devido à crise ocorrida no final da década de 1980 e meados de 1990. O complexo aeronáutico e bélico demitiu aproximadamente 15.000 pessoas. A Embraer, em seu quadro de funcionários, atingiu 12.500 ocupações, sendo reduzido para 2.800 funcionários em 1990. Também a Avibrás, outra empresa do grupo bélico, empregava 5.700 funcionários e sofreu redução para 180, no mesmo ano de 1990. Os institutos de pesquisa, dotados de pessoal de alta qualificação, ITA e CTA, sofreram restrições orçamentárias e a continuidade das pesquisas foi reduzida.

Tabela 10 : Evolução da População Urbana e Rural

POPULAÇÃO			
ANO	TOTAL	URBANO	RURAL
1950	44.804	26.600	18.204
1960	77.533	56.882	20.651
1970	148.332	132.482	15.850
1980	287.513	276.901	10.612
1991	442.370	425.515	16.855
2000	539.313	532.717	6.596
2002*	559.710		
2004*	589.050		

Fonte: Censos Demográficos: IBGE, 1950-2000.

* Dados Estimados - IBGE

A população de São José dos Campos aumentou, no período de 1950 a 2000, 1.103,72%, dados apurados pelo censo demográfico realizado pelo IBGE. No ano de 1950, o município apresentava 59,37% de população urbana; 26.600 pessoas estavam sediadas na cidade e 40,63% - 18.204 pessoas, em áreas rurais; em 2.000, o município apresentava quase totalidade de sua população no perímetro urbano, ou seja, grau de urbanização de 98,78%, em números absolutos, 532.717 pessoas urbanas e apenas 6.596 em áreas rurais.

4.5 Potencial de Consumo

Para o Sebrae (2002), o município de São José dos Campos apresentava no ano referenciado, um total de domicílios de 154.701, sendo 152.808 Domicílios Urbanos e 1.893 Domicílios Rurais. Um consumo per Capita Urbano de US\$ 2.842,22/ano e Rural de US\$ 823,15/ano, o Oitavo (8º) lugar no ranking Capital Estado e o vigésimo segundo (22º) no ranking Capital Brasil.

Para a avaliação do consumo, utilizou-se uma tabela baseada no critério de Classificação Econômica Brasil. O critério utiliza o parâmetro de renda familiar para cada classe, como segue:

- Classe A1 = acima de 45 salários mínimos/mês
- Classe A2 = entre 25 e 45 salários mínimos/mês
- Classe B1 = entre 15 e 25 salários mínimos/mês
- Classe B2 = entre 10 e 15 salários mínimos/mês
- Classe C = entre 4 e 10 salários mínimos/mês

- Classe D = entre 2 e 4 salários mínimos/mês
- Classe E = até 2 salários mínimos/mês

O índice de potencial de consumo de cada domicílio nas devidas classes econômicas; é calculado pela divisão do montante de despesas esperadas no período de um ano pelo total de despesas correntes do país. A informação obtida é apresentada em forma de um índice de participação das classes econômicas na despesa total do Brasil, com leitura percentual (SEBRAE, 2002).

Tabela 11: Índice de Participação das Classes Econômicas no Brasil -2002

Classe Econômica	ABA/ANEP/ABIPEME (%)
A1	0,8
A2	4,0
B1	6,6
B2	11,7
C	31,4
D	33,3
E	12,2

Fonte: SEBRAE, 2002.

Esses índices percentuais são uma consolidação dos dados de classificação econômica de todos os municípios brasileiros, o que resultou em uma estrutura econômica urbana do Brasil. Observando os dados acima, pode-se identificar as

classes C e D como grande consumidora a nível nacional, lembrando que é alto o número de habitantes pertencente a essas classes salariais.

Para São José dos Campos, o potencial de consumo está distribuído entre as classes salariais C, B2, A2 e B1, seguidas pelas classes A1, D e E.

Tabela 12: Potencial de Consumo em São José dos Campos - 2002

Classe Econômica	Potencial de Consumo (%) anual	População Urbana (%) domicílios
A1	7,32	1,09
A2	20,68	6,43
B1	20,51	11,11
B2	22,05	18,52
C	22,79	36,29
D	5,84	20,35
E	0,81	6,21
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: SEBRAE, 2002.

Nessa observação, pode-se visualizar a informação de que a classe “C” é a maior classe salarial do município e está representada por 55.469 mil domicílios, 36,29% do total dos domicílios urbanos, e representa 22,79% do total de potencial de consumo. Na seqüência, as classes salariais “A2”, “B1” e “B2”, juntas, somam 55.111 mil domicílios, 36,06% do total dos domicílios, e 63,24% do total do potencial de consumo, com uma faixa salarial que está entre 15 e 45 salários mínimos. As classes “A2”, “B1” e “B2”, juntas, têm a mesma representatividade da classe “C” em

números de domicílios, entretanto, são mais representativas financeiramente para o município.

4.6 Panorama das Atividades: Indústria, Serviços e Comércio

O município sofreu alterações econômicas importantes que alteraram a rotina e os costumes da população. O sucesso industrial gerou necessidades, justificadas pelo alto nível de qualidade de vida atingido pela população. Para tanto, uma análise poderá apurar os índices de participação dessas atividades.

A Tabela 13 mostra o percentual de estabelecimentos em 2003, do município e cidades da região. Pode-se notar que, proporcionalmente, o município de São José dos Campos está ampliado em relação aos municípios referenciados, com o seu desenvolvimento, as atividades do comércio de bens e serviços, foram expandidas.

Tabela 13: Municípios e Atividades – Percentuais (2003)

	Comércio (%)	Serviços (%)	Indústria (%)
Guaratinguetá	9,75	8,97	9,02
Jacareí	12,60	12,62	16,24
Pindamonhangaba	7,94	7,46	10,37
S.J. Campos	47,18	49,86	43,94
Taubaté	22,52	21,09	20,43
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEADE, 2003.

Igualmente, pode-se notar que o rendimento médio salarial relativo às atividades do comércio, serviços e indústria são maiores em São José dos Campos. Na Tabela 14, algumas cidades são referenciadas para uma melhor visualização.

Tabela 14: Rendimento Médio dos Empregos na Região em R\$ - 2003

	Comércio	Serviços	Indústria
Guaratinguetá	647,13	1.079,45	1.689,60
Jacareí	661,94	1.035,73	2.312,81
Pindamonhangaba	612,08	852,38	2.004,70
S.J. Campos	733,28	1.334,92	2.925,59
Taubaté	710,28	921,91	2.525,54

Fonte: SEADE, 2003.

Na Tabela 15, pode-se observar o comportamento dos setores da indústria, comércio e serviços. O período refere-se a 1995 e 2003, nos itens de variação absoluta, a proporção do setor e o crescimento relativo setorial.

Tabela 15: Proporção de Crescimento do Número de Empregos em SJC

Setor	1995 (A)	2003 (B)	Variação Absoluta (C)	Proporção Variação Setorial (D)	Cresc. Relativo Setorial (E)
Indústria	45.268	42.098	-3.170	35,57	-7,00
Comércio	16.300	24.066	7.766	20,33	47,64
Serviços	37.920	52.187	14.267	44,10	37,62
Total	99.488	118.351	18.863	100	18,96

Fonte: SEADE, 1995-2003.

Na Tabela 15, uma análise mostra que o setor industrial representa 35,57% em número de empregos, registra-se, entre 1995 e 2003, um decréscimo do setor industrial de 7%; o comércio absorvia, em 2003, 20,33% da mão-de-obra, um crescimento do setor de 47,64%; e, para o setor de serviços, uma representatividade do setor de 44,10%, um aumento relativo setorial de 37,62%, em 2003. O crescimento dos setores de comércio e serviços absorveu o decréscimo da indústria, e, no geral, houve uma expansão no número de empregos, de 18,96%, resultado do crescimento econômico local e a geração de novas necessidades.

4.7 Quociente de Diferenciação

4.7.1 Análise pelo Número de Estabelecimentos

Para determinar o grau de representatividade dos três setores de atividades: indústria, comércio e serviços, nas cidades de Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, São José dos Campos e Taubaté, construiu-se a Tabela 16, utilizando os dados SEADE (1995; 2003).

Tabela 16: Municípios e Atividades – Nº Estabelecimentos (1995)

	Indústria	Comércio	Serviços	TOTAL
Guaratinguetá	311	677	509	1.497
Jacareí	325	875	730	1.930
Pindamonhangaba	249	527	384	1.160
S.J. Campos	880	2.763	2.590	6.233
Taubaté	465	1.474	1.117	3.056
TOTAL	2.230	6.316	5.330	13.876

Fonte: SEADE, 1995.

Aplicando-se o conceito de quociente de diferenciação, tem-se o grau de representatividade de cada setor, para cada município do Vale do Paraíba Paulista, em 1995.

Tabela 17: Quociente de Diferenciação (1995).

	Indústria QDI	Comércio QDC	Serviços QDS
Guaratinguetá	1,29	0,99	0,89
Jacareí	1,05	1,00	0,98
Pindamonhangaba	1,34	1,00	0,86
S.J. Campos	0,88	0,97	1,08
Taubaté	0,95	1,06	0,95

Fonte: Adaptado: SILVA, D.F, 2005.

Os quocientes de diferenciação para 1995 mostram $QDI > 1$ para as cidades de Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Jacareí, com respectivamente, 1,34; 1,29 e 1,05, com maior concentração em Pindamonhangaba. Para o comércio, $QDC > 1$ para Taubaté. Portanto, é o único município acima da média em números de estabelecimentos no comércio e, para o setor de Serviços, São José dos Campos apresenta o maior grau de concentração dos serviços, com $QDS = 1,08$.

O segundo período refere-se ao ano de 2003. A Tabela 18, representa os dados que foram utilizados para o QDI, QDC e QDS / 2003.

Tabela 18: Municípios e Atividades – Nº Estabelecimentos (2003).

	Indústria	Comércio	Serviços	TOTAL
Guaratinguetá	140	851	698	1.689
Jacareí	252	1.099	982	2.333
Pindamonhangaba	161	693	581	1.435
S.J. Campos	682	4.116	3.881	8.679
Taubaté	317	1.965	1.642	3.924
TOTAL	1.552	8.724	7.784	18.060

Fonte: SEADE, 2003.

Aplicando-se o quociente de diferenciação; tem-se os seguintes índices.

Tabela 19: Quociente de Diferenciação (2003).

	Indústria QDI	Comércio QDC	Serviços QDS
Guaratinguetá	0,96	1,04	0,96
Jacareí	1,26	0,98	0,98
Pindamonhangaba	1,31	1,00	0,94
S.J. Campos	0,91	0,98	1,04
Taubaté	0,94	1,04	0,97

Fonte: Adaptado: SILVA, D.F, 2005.

Os quocientes de diferenciação, para 2003, mostram $QDI > 1$ para as cidades de Pindamonhangaba e Jacareí, com, respectivamente, 1,31 e 1,26; embora continue a maior concentração em Pindamonhangaba, esse município também recebeu uma distribuição entre os setores, diminuição no QDI e aumento no QDS.

Para o comércio, $QDC > 1$ para Taubaté e Guaratinguetá que no período anterior apresentava $QDI > 1$, e, no segundo período, diminuiu no QDI e aumentou no QDC para 1,04; portanto, no setor de comércio, tem-se os municípios de Guaratinguetá e Taubaté com $QDC > 1$, e, para o setor de Serviços, São José dos Campos continua com o maior grau de concentração dos serviços, com $QDS = 1,04$, embora tenha apresentado maior concentração no QDI.

No período entre 1995 e 2003, houve um acréscimo de 4.184 novos estabelecimentos entre os cinco municípios, 30,15% sobre o total de 1995, que passou de 13.876 para 18.060, em 2003 (SEADE, 2006). Segundo os dados disponíveis por esse órgão, o aumento no número de estabelecimentos não foi de forma proporcional entre os três setores, a indústria perdeu unidades em todos os municípios, no total 678 unidades; o setor do comércio inseriu mais 2.408 unidades e o setor de serviços 2.454 unidades.

4.7.2 Análise pelo Número de Empregos Ocupados

Para a análise de representatividade utilizando o número de empregos ocupados, a Tabela 20 tem como referência os mesmos municípios: Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, São José dos Campos e Taubaté e mesmos períodos, 1995 e 2003.

Tabela 20: Municípios e Atividades – Nº de Empregos Ocupados (1995).

	Indústria	Comércio	Serviços	TOTAL
Guaratinguetá	3.193	3.031	8.088	14.312
Jacareí	12.394	3.793	10.743	26.930
Pindamonhangaba	6.949	2.282	5.057	14.288
S.J. Campos	45.268	16.300	37.920	99.488
Taubaté	15.204	7.193	19.352	41.749
TOTAL	83.008	32.599	81.160	196.767

Fonte: SEADE, 1995.

Aplicando-se o quociente de diferenciação, obtém-se os seguintes índices.

Tabela 21: Quociente de Diferenciação – Empregos Ocupados (1995).

	Indústria QDI	Comércio QDC	Serviços QDS
Guaratinguetá	0,53	1,28	1,37
Jacareí	1,09	0,85	0,97
Pindamonhangaba	1,15	0,96	0,86
S.J. Campos	1,08	0,99	0,92
Taubaté	0,86	1,04	1,12

Fonte: Adaptado: SILVA, D.F, 2005.

Na análise de 1995, encontra-se o $QDI > 1$ para os municípios de Pindamonhangaba (1,15), Jacareí (1,09) e São José dos Campos (1,08). Os três municípios apresentam uma concentração maior que a média em número de empregos ocupados; Guaratinguetá apresenta um menor $QDI = 0,53$, e, na análise

para nº de estabelecimentos, retrata uma concentração, $QDI=1,29$; uma possível razão seria um alto número de indústrias com um número pequeno de empregados.

Para o comércio, a concentração em número de empregos é apresentada pelo município de Guaratinguetá, $QDC=1,28$ e Taubaté $QDC=1,04$; no setor de serviços, novamente Guaratinguetá apresenta o maior $QDS=1,37$ e Taubaté $QDS=1,12$. Nessa análise, pode-se notar uma maior concentração de empregos ocupados nos setores de serviços e comércio.

A Tabela 22 representa os dados de empregos ocupados para 2003, utilizados para o cálculo de QDI, QDC e QDS / 2003.

Tabela 22: Municípios e Atividades – Nº de Empregos Ocupados (2003).

	Indústria	Comércio	Serviços	TOTAL
Guaratinguetá	3.778	4.272	9.229	17.279
Jacareí	9.785	5.718	14.161	29.664
Pindamonhangaba	7.749	3.683	6.875	18.307
S.J. Campos	42.098	24.066	52.187	118.351
Taubaté	15.098	10.512	29.274	54.884
TOTAL	78.508	48.251	111.726	238.485

Fonte: SEADE, 2003.

A Tabela 23 apresenta os resultados dos cálculos de quociente de diferenciação para o ano de 2003.

Tabela 23: Quociente de Diferenciação - Empregos Ocupados (2003).

	Indústria QDI	Comércio QDC	Serviços QDS
Guaratinguetá	0,66	1,22	1,14
Jacareí	1,00	0,95	1,02
Pindamonhangaba	1,29	0,99	0,80
S.J. Campos	1,08	1,01	0,94
Taubaté	0,84	0,95	1,14

Fonte: Adaptado: SILVA, D.F, 2005.

Para 2003, o município de Pindamonhangaba permanece com QDI maior, 1,29, São José dos Campos apresenta o mesmo QDI=1,08, e Jacareí perde um pouco de concentração em número de empregos ocupados. Para QDC, Guaratinguetá com 1,22 é o maior em concentração, seguido por São José dos Campos, QDC=1,01. Para o setor de serviços, observa-se que todos os municípios apresentaram aumentos em seus índices, o único município que perdeu QDS foi Pindamonhangaba, porém apresenta acréscimo em QDI.

4.7.3 Análise do Valor Adicionado

Para esse período, não estão disponibilizados pelo SEADE os dados para o setor de comércio dos municípios referenciados, a análise será entre os setores da indústria e serviços.

Tabela 24: Municípios e Atividades – Valor Adicionado no Setor (2003).

	Indústria (Valores em Milhões de Reais Correntes)	Serviços	TOTAL
Guaratinguetá	690,27	421,16	1.111,43
Jacareí	1.734,08	836,69	2.570,77
Pindamonhangaba	1.393,07	563,68	1.956,75
S.J. Campos	9.221,25	3.778,96	13.000,21
Taubaté	2.510,58	1.218,19	3.728,77
TOTAL	15.549,25	6.818,68	22.367,93

Fonte: SEADE, 2003.

Tabela 25: Quociente de Diferenciação - Valor Adicionado no Setor (2003).

	Indústria QDI	Serviços QDS
Guaratinguetá	0,89	1,24
Jacareí	0,97	1,07
Pindamonhangaba	1,02	0,94
S.J. Campos	1,02	0,95
Taubaté	0,97	1,07

Fonte: Adaptado: SILVA, D.F., 2005.

Observa-se que o município de Pindamonhangaba, embora mostre uma concentração superior aos demais municípios no setor industrial; para o valor adicionado possui o mesmo QDI=1,02 do município de São José dos Campos. No setor de serviços, Guaratinguetá apresenta o maior QDS=1,24, seguido por Jacareí e Taubaté com QDS=1,07.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar os benefícios absorvidos pelo município de São José dos Campos, no processo de interiorização da indústria a partir da região metropolitana de São Paulo. Assim, pode-se observar que, decisões governamentais conjuntas, entre governos: federal, estadual e municipal; foram importantes fatores que ocorreram no final da década de 1960 e fortemente na década de 1970 e que refletiram positivamente para o município.

A análise dos dados desta pesquisa permitiu relacionar a trajetória industrial do município com a interiorização industrial da região metropolitana de São Paulo. Como fatores iniciais de propulsão para o processo de industrialização, se observou que, a implantação da Rodovia Presidente Dutra e a posição geográfica do município representaram o início da transformação locacional, a instalação do CTA e do ITA gerou um fato, que talvez tenha sido, o maior propulsor para o início da formação do *cluster* industrial de São José dos Campos: o desenvolvimento do Projeto do Avião Bandeirante, dando início às atividades aeroespaciais brasileira, e, a partir desse fato, unificam-se as dinâmicas do setor, transformando o município. Ocorre a instalação de empresas de grande porte e desencadeia o processo de industrialização e dinâmica populacional.

Quanto à forma de divisão espacial, leis de zoneamento garantem a utilização do espaço urbano de forma planejada. Áreas industriais e residenciais são claramente definidas, viabilizando uma organização do crescimento físico e econômico do município, e leis municipais estão incentivando a criação de Centros Empresariais.

Para futuras instalações, a racionalidade é a mesma, a Prefeitura mantém ações voltadas para o atendimento de questões relacionadas com os fatores econômicos, leis municipais que garantem a qualidade de infra-estrutura. As estratégias municipais continuam desenvolvendo uma política de atração de investimentos bastante ampla, com a finalidade de potencializar o município para o futuro. As políticas governamentais municipais estão direcionadas para um bloco maior de investimentos. O planejamento enfatiza a absorção de mão-de-obra, transporte, qualidade dos meios de comunicação, saúde e educação.

O município desenvolveu-se amplamente, e, de acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, pode-se afirmar que possui características típicas da influência do processo de globalização. Sua população ocupada concentra-se nas atividades de prestação de serviços e comércio. Embora a indústria tenha uma média salarial maior, não comporta a maior parte, e esse fato faz aumentar as preocupações do governo municipal em favorecer e estimular micro e pequenas empresas, pois são preponderantemente responsáveis pelo equilíbrio sócio-econômico do município.

Pela análise de quociente de diferenciação utilizando o número de estabelecimentos de 2003, pode-se observar que o município de São José dos Campos não apresenta a maior concentração de indústrias, seu maior potencial de concentração está no setor de serviços. Por essa análise, encontra-se Pindamonhangaba com a maior concentração industrial, seguida pelo município de Jacareí.

Quando se aplica o quociente de diferenciação para empregos ocupados em 2003, fortalece a concentração em Pindamonhangaba. Já, para São José dos Campos, observa-se que os empregos ocupados apresentam concentração na

indústria; porém, quando se analisa em números absolutos, verifica-se uma grande representatividade do setor de serviços na absorção de mão-de-obra.

Para a variável, valor adicionado, quando se analisa o quociente de diferenciação, verifica-se que os municípios de São José dos Campos e Pindamonhangaba apresentam maior concentração de valor agregado ao produto industrial. Para o setor de serviços, destaca-se Guaratinguetá, seguido de Jacareí e Taubaté.

Uma observação importante foi que houve uma transferência na absorção de mão-de-obra, do setor industrial para o setor de serviços. Esse fato parece ter sido pela implantação de novas tecnologias que aumentam a produtividade e reduzem a utilização de mão-de-obra. Outro fato relevante foi observar a absorção de mão-de-obra nas empresas, o maior contingente de trabalhadores está alocado em MPME's; essa tendência faz ressaltar a importância de medidas governamentais para preservar e fortalecer as atividades desenvolvidas por essas empresas.

Assim, com desenvolvimento baseado em planejamento, o município incorporou critérios bem definidos em suas decisões. Possui preocupação explícita com a ocupação territorial e articula as políticas de urbanização com a industrialização, não deixando distanciar aspectos econômicos e sociais, pois uma das metas do município é desenvolver-se com retorno social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, C. R., **Industria e Reversão da Polarização do Brasil**, São Paulo, IPE/USP, 1986.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R.; A Absorção de Mão-de-Obra no Setor de Serviços. **Dados.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-2581997000100002>. Acesso em: 29.Mar.2006.

BEER, S.; **Cibernética e Administração Industrial**, Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

BERNARDES, R., OLIVEIRA A., Novos Territórios, Mudança Tecnológica e Mercado de Trabalho: O Caso de São José dos Campos, São Paulo, Brasil. **Dados.**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S011-52582002000100004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15.Mai.2006.

_____, PINHO, M.; **Proposições de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em: 30.Nov.2006.

BERTALANFFY, L.; **Teoria Geral dos Sistemas**, Petrópolis, Vozes, 1975.

BLUMENSCHHEIN, F., Uma política econômica para o segmento de serviços. **Valor Econômico.**, 2004. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/pressclipping/dezembro2004/ve/ve091204.htm>>. Acesso em: 29.mar.2006.

BRASIL, Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 14. ed., São Paulo, Atlas, 1999.

CANO, W., **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**, Campinas, SP, Unicamp, 1998.

CASTELLS, M., **A Questão Urbana**, Tradução de Arlene Caetano, 1ª reimpressão, Coleção Pensamento Crítico, v. 48, São Paulo, Paz e Terra, 1975.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H.Y., **Economia e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, Atlas, 2000.

CORRÊA, H. L., CAON, M., **Gestão de Serviços**, São Paulo, Atlas, 2002.

CURSINO, J.C.R., MATTA, R., **São José Hoje**, edição em português, São José dos Campos, SP, JAC, 2003.

DELFIM NETTO, A., **Planejamento para o Desenvolvimento Econômico**, São Paulo, Pioneira/USP, 1966.

FURTADO, C., **Introdução ao Desenvolvimento**, 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

HADDAD, P. R., FERREIRA, C. M. C., ANDRADE, T. A., **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**, Fortaleza, BNB, 1989.

HIRSCHMAN, A., **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

LEITE, J.A.A., **Metodologia de Elaboração de Teses**, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.

LEMES Junior, A.B.; RIGO, C.M.; CHEROBIM, A.P.M.S.; **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**, Rio de Janeiro, Campus, 2002.

LIBAULT, A., Os Quatro Níveis da Pesquisa Geográfica. In: **Métodos em Questão**, São Paulo, IGEOG-USP, 1971.

NAKAGAWA, M., **Introdução à Controladoria: conceitos, sistemas, implementação**, São Paulo, Atlas, 1993.

NAKANO, Y., As multinacionais brasileiras e o crescimento sustentável, In: **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, jan. 2005.

PIRES, E.L.S., et al., **Estudo da Base Econômica do Município de São José dos Campos**, Secretaria de Planejamento Regional, São Paulo, 1992.

REGATO, R., ASSAZ V., **SÃO JOSE DOS CAMPOS: o comércio e o desenvolvimento**, Sindicato do Comércio Varejista de SJC, 1994.

RICCI, F., **Indústrias Têxteis na Periferia: Origens e Desenvolvimento – O Caso do Vale do Paraíba**, Taubaté/SP, Cabral, 2006.

SANTOS, M., **Espaço e Método**, 4.ed., São Paulo, Nobel, 1997.

SCHUMPETER, J. A., **Teoria do Desenvolvimento Econômico**, tradução de Maria Sílvia Possas, São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SEN, A., **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SENAI, **Metodologia de Classificação das Indústrias**, SJC, SP, 2006.

SILVA, A. E. P., **Estudo Sócio-Econômico de São José dos Campos como Estância Climática e Hidromineral (1935 a 1950)**, Tese de Doutorado, USP/FFLCH, 2001.

SILVA, D. F., **Desenvolvimento e Desequilíbrio Regional no Vale do Paraíba: uma Abordagem das Disparidades Econômica e Tecnológicas**, Dissertação de Mestrado, Taubaté, SP, 2005.

SINGER, P., **Economia Política da Urbanização**, 2.ed., São Paulo, Contexto, 2002.

SOUZA, M. L., **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbana**, 2.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, N. J., **Desenvolvimento Econômico**, 5. ed., São Paulo, Atlas, 2005.

SUZIGAN, W., **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**, São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 2000.

_____, Aglomerações Industriais como Foco de Políticas, **XXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/neit/download.htm>>. Acesso em: 18.Nov.06.

TAVARES, M. C., **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, 11.ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

UNITED NATIONS, **Statistical Yearbook**, New York, 1999.

VERGARA, S.C., **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 6. ed. São Paulo, Atlas, 2005.

VIEIRA, E.F.; VIEIRA, M.M.F., **Espaços Econômicos**, 1.ed., Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 2003.

ZULIETTI, L.F., **Economia Brasileira**, São Paulo, K.M.R., 2004.

FONTES PRIMÁRIAS

IBGE, **Sobre a cidade de São José dos Campos**, São Paulo, 14.Fev.2006. Disponível em: <<http://www.nossosaopaulo.com.br/saojosedoscamos.htm>>. Acesso em: 14.Fev.2006.

_____, **IBGE – Cidades@**, São Paulo, 11.Jul.2006. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 11.Jul.2006.

PMSJC, **Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos**, Equipe da PMSJC, SJC/SP, 2003.

_____, **Porque Investir em São José dos Campos**, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SJC/SP, 2000, CD-ROM.

_____, **São José em Dados**, Secretaria de Planejamento Urbano, SJC/SP, 2004, CD-ROM.

_____, **Pesquisas de Mão-de-Obra e Cadastro Industrial**, Secretaria de Planejamento Urbano, SJC/SP, 1972 até 1996.

_____, **Pesquisa e Teoria: Demografia, Educação, Trabalho e Habitação**, Divisão de Pesquisa, SJC/SP, 1998. Copiado em CD-ROM.

_____, Leis nº 281/54, arquivo nº 418, Departamento de Formalizações e Atos, SJC/SP.

_____, Idem 934/62, Diário de SJC, nº 2179 em 15.11.62, Idem.

_____, Idem 1359/67, Jornal Valeparaibano, nº 3479 de 06.06.67, Idem.

_____, Idem 1576/70, Boletim do Município nº 56 de 03.10.70, Idem.

_____, Idem 1606/71, Boletim do Município nº 77 de 27.09.71, Idem.

_____, Idem 1623/71, Boletim do Município nº 80 de 08.12.71, Idem.

_____, Idem 2263/80, copiado em CD-ROM, Idem.

_____, Idem 3721/90, Boletim do Município nº 710 de 08.02.90, Idem.

_____, Lei Orgânica Municipal nº 165/97, revoga a Lei 3721/90, Idem.

_____, Decreto nº 250/58, Correio Joseense, nº 1714 de 28.12.58, Idem.

SEADE, **Portal do Governo do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1989-2003.
Disponível em: < <http://www.sead.gov.br/produtos/perfil.php> >. Acesso em:
14.Fev.2006.

SEBRAE, **Potencial de Consumo**, SJC, SP, 2002. Disponível em:
<http://intranet/intramime/potencial_consumo/potencial2002.asp>. Acesso em:
03.Ago.2006.

ANEXO A

LEI COMPLEMENTAR 182/99

- As operações de transmissão de imóveis destinados ou pertencentes à implantação de loteamentos industriais, condomínios industriais, ou de uso múltiplo em atividade industrial, estão isentos do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Inter-Vivos) pelo prazo de 5 anos.
- Imóveis destinados à implantação de loteamentos industriais previamente aprovados pela Prefeitura Municipal estão isentos do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) durante o prazo concedido para a implantação do loteamento.
- Imóveis destinados à implantação de condomínios industriais, ou de uso múltiplo em atividade industrial, previamente aprovados pela Prefeitura Municipal, estão isentos do IPTU durante o prazo máximo de três anos, para a conclusão das edificações.

ANEXO B

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 256/03 DE 10.07.2003

- Redução do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) para 2% para atividades:
 - destinadas à exportação;
 - prestadas por micro-empresas;
 - das cadeias produtivas dos setores;
 - aeroespacial;
 - automotivo;
 - de telecomunicações;
 - Serviços prestados por empresas dos seguintes setores:
 - de tecnologia da informação;
 - de desenvolvimento de *softwares*;
 - de pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia;
 - de treinamento empresarial; e
 - de grande interesse do Município.

- Isenção do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) por um período de 2 a 6 anos para as empresas novas que venham a se instalar em São José dos Campos, em função do número de empregos e faturamento a serem gerados. A duração da isenção pode ser dobrada em empreendimentos:
 - de grande interesse para o Município; ou
 - para empresas das cadeias produtivas dos setores aeroespacial, automotivo, de telecomunicações, de defesa e segurança, e as empresas de tecnologia de ponta.

- Empresas já instaladas poderão ter esse benefício nas mesmas bases para a ampliação da área construída.

- Micro-empresas instaladas ou que venham a se instalar em São José dos Campos estarão isentas de taxas municipais de licença para localização e de fiscalização de funcionamento.

- Empreendimentos de grande interesse do Município poderão se beneficiar, ainda, mediante instrumento legal próprio, dos seguintes incentivos não tributários:
 - Disponibilização de próprios públicos para atividades industriais e/ou comerciais enquadradas como micro ou pequenas empresas, constituídas por intermédio de associação ou cooperativa;
 - A Municipalidade poderá criar loteamentos ou condomínios industriais com infra-estrutura, para venda a investidores a preço de custo;
 - A Municipalidade poderá disponibilizar terreno para implantação de universidades públicas de seu interesse.